



ENVELHECIMENTO E DEFICIÊNCIA:

relatório de dados secundários

Realização

Iniciativa

Parceria



**Envelhecimento e
Deficiência**
DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

**MAIS
diferenças**
Educação e Cultura Inclusivas



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO | Secretaria de
Desenvolvimento Social

APRESENTAÇÃO

O presente documento foi elaborado no âmbito do projeto Envelhecimento e Deficiência: Direitos e Políticas Públicas, aprovado no Edital nº001/2017 do Conselho Estadual do Idoso¹. Ele é financiado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Estado de São Paulo com recursos do Fundo Estadual do Idoso e executado pela Mais Diferenças, por intermédio do termo de fomento/processo nº 2310/2017.

Cerca de 63% dos idosos brasileiros apontaram, no último Censo Demográfico, ter alguma deficiência. Como a perda de algumas funcionalidades é comum no processo de envelhecimento, o Estatuto do Idoso considera que esse grupo da população deve ter preferência na destinação de políticas públicas e recursos para garantia de seus direitos. Além disso, população idosa é considerada “especialmente vulnerável” pela Lei Brasileira de Inclusão. Diante desse contexto, o projeto propõe uma caracterização, mapeamento de boas práticas e recomendações para políticas públicas voltadas à garantia dos direitos da população idosa no contexto do estado de São Paulo, mais especificamente na região da Diretoria de Assistência e Desenvolvimento Social (Drads) de Campinas, que engloba 43 municípios paulistas.

Como parte dessa caracterização, este relatório de dados secundários buscou realizar uma pesquisa diagnóstica para identificar, caracterizar e analisar a rede de atendimento a pessoas idosas com deficiência nos 43 municípios que compõem a Drads Campinas, a fim de verificar as ações e serviços existentes e os pontos que necessitam de aprimoramento e/ou estruturação. É importante ressaltar que esta pesquisa diagnóstica será complementada ainda com dados primários, isto é, por meio de questionários online que serão respondidos pela gestão municipal, equipamentos e organizações que compõem a rede de atendimento e idosos com deficiência e seus cuidadores.

Com isso, a pesquisa diagnóstica subsidia as próximas ações do projeto, além de contribuir para a disseminação de informações a respeito da vulnerabilidade da população idosa com deficiência, com especial relevância para a formulação e aprimoramento de políticas públicas voltadas ao atendimento desta importante parcela da população.

1. O título original do projeto, conforme aprovado em edital, é “A população idosa com deficiência em situação de vulnerabilidade: caracterização, boas práticas e recomendações para políticas públicas”.

SOBRE A MAIS DIFERENÇAS

A Mais Diferenças é uma associação qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Ministério da Justiça e como Entidade Promotora de Direitos Humanos pela Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo. Fundada em dezembro de 2005, a organização tem como focos de atuação a Educação e a Cultura Inclusivas, bem como a defesa dos direitos das pessoas com deficiência. A missão da Mais Diferenças é construir, articular, promover e implementar práticas e políticas inclusivas com os diversos setores da sociedade para garantir os direitos humanos, prioritariamente das pessoas com deficiência.

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO GERAL

Carla Mauch

Wagner Santana

COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Coordenação

Thaís Pereira Martins

Análise e Processamento de Dados

Gustavo de Freitas Bevilacqua

Mário Paulo Greggio

RELATÓRIO FINAL

Ana Carolina Radzevicius Alexandre

Gustavo de Freitas Bevilacqua

Matheus Nunes de Freitas

Thaís Pereira Martins

REVISÃO

Carla Mauch

Para citar este documento, sugerimos:

MAIS DIFERENÇAS (São Paulo). Envelhecimento e deficiência: relatório de dados secundários. 2020. Disponível em: <http://maisdiferencas.org.br/projeto/idosos-deficiencia/>.

SUMÁRIO

Introdução.....	15
1. Caracterização socioeconômica da região.....	16
1.1. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e renda.....	18
1.2. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.....	19
2. Caracterização da rede de atendimento da Assistência Social.....	21
2.1. Proteção Social Básica.....	22
2.1.1. Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).....	22
2.1.1.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).....	24
2.1.1.2. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.....	25
2.1.1.3. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).....	27
2.1.1.4. Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e pessoas idosas.....	27
2.1.2. Centro de Convivência.....	29
2.2. Proteção Especial.....	34
2.2.1. Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).....	34
2.2.1.1. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.....	37
2.2.1.2. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).....	38
2.2.1.3. Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias.....	39
2.2.2. Serviço de acolhimento institucional.....	40
2.2.3. Centro-Dia de Referência.....	42
2.3. Entidades privadas cadastradas no CNEAS.....	51
3. Caracterização de outras redes de atendimento.....	56
3.1. Educação.....	56
3.1.1. Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	56
3.2. Saúde.....	56
3.2.1. Estratégia Saúde da Família.....	56
3.2.2. Estabelecimentos de saúde.....	59
3.2.2.1. Unidades Básicas de Saúde/Centros de Saúde.....	62
3.3. Esporte, cultura e lazer.....	64

3.3.1. Políticas Federais.....	64
3.3.2. Políticas Estaduais.....	65
3.3.3. Políticas Municipais.....	66
4. Gestão municipal.....	69
4.1. Orçamentos municipais.....	69
4.1.1. Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO).....	70
4.1.1.1. Assistência ao idoso.....	71
4.1.1.2. Assistência à pessoa com deficiência.....	74
4.1.2. Plano Plurianual (PPA).....	75
4.2. Conselhos dos direitos das pessoas com deficiência e dos idosos.....	77
4.3. Selo Amigo do Idoso.....	78
4.4. Prêmio Ações Inclusivas.....	79
4.5. Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa.....	80
4.6. Desafios municipais no âmbito da assistência social.....	81
4.7. Observatórios.....	83
5. Violência e vulnerabilidade.....	86
6. Considerações finais.....	90
Bibliografia.....	91
Anexo I: Municípios da Drads de Campinas de acordo com o percentual da população idosa com deficiência em relação ao total da população idosa – 2010.....	94
Anexo II: Municípios da Drads de Campinas de acordo com o percentual da população idosa com deficiência em relação à população total – 2010.....	96
Anexo III: Exigências do Selo Amigo do Idoso.....	98

LISTA DE SIGLAS

DRADS	Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
PMAS	Plano Municipal de Assistência Social
IDHM-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
EJA	Educação Jovens e Adultos
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
PEAMA	Programa de Esportes e Atividades Motoras Adaptadas
ATEAL	Associação Terapêutica de Estimulação Auditiva e Linguagem
AMAI	Associação de Monitoramento dos Autistas Incluídos
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Municípios da Drads de Campinas segundo o porte populacional.....	16
Tabela 2: População acima de 60 anos segundo o tipo de deficiência.....	17
Tabela 3: Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) por município.....	22
Tabela 4: Quantidade de unidades CRAS que possuem itens de acessibilidade.....	24
Tabela 5: Principais temáticas abordadas nos atendimentos coletivos do PAIF.....	25
Tabela 6: Número de pessoas idosas e com deficiência atendidas nos CRAS pelo Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.....	26
Tabela 7: Número pessoas atendidas pelo Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com deficiência e idosas por município, em Agosto de 2018.....	28
Tabela 8: Quantidade de Centros de Convivência na região da DRADS Campinas.....	29
Tabela 9: Atividades normalmente realizadas com os usuários dos Serviços de convivência e Fortalecimento de Vínculos existentes.....	32
Tabela 10: Conteúdos que normalmente são discutidos com os usuários dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.....	33
Tabela 11: Serviços/atividades de outras políticas que são prestados nas unidades.....	33
Tabela 12: Número de CREAS na Drads Campinas por município.....	35
Tabela 13: Quantidade de unidades CREAS que possuem os seguintes itens de acessibilidade.....	36
Tabela 14: Unidades que ofertam o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e sua e suas Famílias.....	38
Tabela 15: Oferta de atendimento para as seguintes situações e ciclos de vida - PAEFI....	39
Tabela 16: Municípios que possuem estes serviços de acolhimento por modalidade e média mensal de atendimento.....	41
Tabela 17: Quantidade de unidades Centro-Dia de Referência por município – Agosto de 2018.....	43

Tabela 18: Número de pessoas idosas com e sem deficiência atendidas nas unidades Centro-Dia de referência no mês de agosto de 2018.....	45
Tabela 19: Número de atendimentos total e de pessoas idosas em Agosto de 2018.....	46
Tabela 20: Quantidade de unidades Centro-Dia de Referência por tipo de atendimento e ações e atividades desenvolvidas.....	48
Tabela 21: Quantidade de unidades Centro-Dia de Referência que realizam atividades e atendimentos voltados para todas as faixas etárias.....	50
Tabela 22: Quantidade de unidades de Centro-Dia de Referência que possuem os seguintes itens de acessibilidade.....	51
Tabela 23: Distribuição destas entidades privadas que executam serviços socioassistenciais por município.....	52
Tabela 24: Distribuição de entidades privadas de acordo com a sua atividade econômica primária.....	53
Tabela 25: Número de entidades privadas que possuem sua atividade econômica primária classificada como ILPI, por município.....	54
Tabela 26: Número de entidades privadas que possuem sua atividade econômica secundária classificada como ILPI, por município.....	55
Tabela 27: Número de ACSs por município da Drads e grau de cobertura.....	58
Tabela 28: Estabelecimentos de saúde por município.....	60
Tabela 29: Número de Centros de Saúde/Unidade Básica de Saúde por município e recomendação da PNAB.....	62
Tabela 30: Notícias sobre Centros de Convivência para Idosos municipais disponíveis nos portais eletrônicos das prefeituras.....	67
Tabela 31: Programas municipais de esporte, cultura e lazer voltados para a população idosa.....	68
Tabela 32: Despesas liquidadas na função “assistência social” em relação ao orçamento total do município.....	70
Tabela 33: Despesas liquidadas na subfunção “assistência ao idoso” em relação ao orçamento total da função “assistência social”.....	71

Tabela 34: Despesas liquidadas na subfunção “assistência ao idoso” em relação ao número de pessoas idosas residentes no município.....	72
Tabela 35: Despesas liquidadas na subfunção “assistência à pessoa com deficiência” em relação ao orçamento total da função “assistência social”.....	74
Tabela 36: % das receitas previstas (2018-2021) destinado aos programas ou ações específicas à população idosa ou pessoa com deficiência em relação às receitas municipais previstas (2018-2021).....	76
Tabela 37: Municípios com certificação do Selo Amigo do Idoso.....	79
Tabela 38: Municípios contemplados com o Prêmio Ações Inclusivas.....	80
Tabela 39: Municípios que aderiram à Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa.....	81
Tabela 40: Desafios apresentados pelos municípios no PMASweb.....	82
Tabela 41: Observatórios existentes na região da DRADS Campinas conforme o foco geográfico de sua atuação.....	83
Tabela 42: Número e percentual de pessoas que registraram denúncias em 2018 no Brasil por tipo de deficiência.....	87
Tabela 43: Distribuição das notificações de violência contra pessoas idosas conforme faixa etária e gênero.....	88
Tabela 44: Distribuição das notificações de violência contra pessoas idosas por tipo de violência e gênero.....	88
Tabela 45: Distribuição das notificações de violência contra pessoas idosas pelo perfil do agressor e gênero.....	89

INTRODUÇÃO

Esse relatório é um dos documentos de base do Projeto “Envelhecimento e Deficiência: direitos e políticas públicas”, iniciativa do Conselho Estadual do Idoso (CEI) e realizado pela Mais Diferenças nos 43 municípios da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (Drads) Campinas. Tendo como recorte estes 43 municípios, o presente relatório tem como objetivo - por meio de pesquisa com dados secundários - mapear as características demográficas e socioeconômicas da região, a rede de atendimento do público idoso e com deficiência e as políticas públicas implementadas, visando elaborar um panorama da região no âmbito do objeto de pesquisa. Espera-se, com estes dados, subsidiar as demais etapas do Projeto Envelhecimento e Deficiência.

Vale ressaltar que esta não é uma sistematização final dos dados secundários, já que a atualização e coleta de novas informações ocorrerá ao longo de todo o projeto, conforme a necessidade e disponibilidade de novos dados.

Em relação às informações acerca da população dos municípios que compõem a Drads Campinas, foram utilizados os dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, pelo fato de fornecer informações desagregadas por município, grupo de idade e deficiência. A população do Brasil era composta por 20.588.891 pessoas com 60 anos ou mais de idade, o que representava 11% da população, dois pontos percentuais a mais em relação ao ano 2000. No estado de São Paulo, a população idosa representa 12% da população total, média semelhante ao cenário nacional. Ainda no último Censo, aproximadamente 65% da população idosa brasileira declarou possuir ao menos um tipo de deficiência.

Levando em consideração as condições de vulnerabilidade e de vida deste grupo de pessoas, idosos com e sem deficiência, somadas à quantidade expressiva de indivíduos que compõem essa parcela da população, a demanda por serviços voltados a esse público alvo é emergente na sociedade brasileira, de forma que essa temática se tornou cada vez mais presente nas diretrizes das políticas públicas nacionais, estaduais e municipais.

O relatório está estruturado da seguinte maneira: em primeiro lugar, é apresentada a realidade socioeconômica e demográfica da região administrativa da Drads de Campinas; em seguida, foram sistematizados os dados referentes aos serviços e equipamentos públicos e instâncias participativas municipais voltadas à população idosa com e sem deficiência. Por fim, foram levantados os dados relacionados à violência contra pessoas idosas no estado de São Paulo.

1. Caracterização socioeconômica da região

A Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (Drads) de Campinas é composta por 43 municípios de portes grande, médio e pequeno², além de uma metrópole (Campinas). Está situada a noroeste da cidade de São Paulo e compõe uma área territorial total de 9.147 km.

Tabela 1: Municípios da Drads de Campinas segundo o porte populacional

Porte	Número de municípios	Municípios
Metrópole	1	Campinas
Grande	11	Americana, Atibaia, Bragança Paulista, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jundiaí, Santa Bárbara d'Oeste, Sumaré, Valinhos, Várzea Paulista
Médio	6	Amparo, Campo Limpo Paulista, Cosmópolis, Nova Odessa, Paulínia, Vinhedo
Pequeno II	12	Artur Nogueira, Cabreúva, Itupeva, Jaguariúna, Jarinu, Louveira, Monte Mor, Pedreira, Piracaia, Santo Antônio de Posse, Serra Negra, Socorro
Pequeno I	13	Águas de Lindóia, Bom Jesus dos Perdões, Engenheiro Coelho, Holambra, Joanópolis, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Morungaba, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinhalzinho, Tuiuti, Vargem

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo/Sistema Único de Assistência Social

Somados, os municípios que pertencem à Drads de Campinas têm uma população de 4.047.631 habitantes, sendo a 2ª maior Drads do estado de São Paulo – atrás apenas da Drads da Capital. Desta população, 460.556 (11,3%) são pessoas acima dos 60 anos de idade, e 259.594 (6,4% da população total) são pessoas idosas com algum tipo de deficiência, de acordo com o Censo 2010.

2. Pequeno I (até 20.000 hab.); Pequeno II (20.001 a 50.000 hab.); Médio (50.001 a 100.000 hab.); Grande (100.001 a 900.000 hab.); Metrópole (acima de 900.000 hab.). SUAS - Sistema Único de Assistência Social

Dentre os tipos de deficiência da população idosa da Drads de Campinas, as deficiências visual, motora e auditiva são as mais comuns, conforme a tabela a seguir.

Tabela 2: População acima de 60 anos segundo o tipo de deficiência

Tipo de deficiência	População	%
Deficiência visual - não consegue de modo algum	3.558	1,37%
Deficiência visual - grande dificuldade	36.458	14,04%
Deficiência visual - alguma dificuldade	147.183	56,70%
Deficiência visual – Total	187.199	72,11%
Deficiência auditiva - não consegue de modo algum	2.174	0,84%
Deficiência auditiva - grande dificuldade	18.599	7,16%
Deficiência auditiva - alguma dificuldade	68.126	26,24%
Deficiência auditiva – Total	88.899	34,25%
Deficiência motora - não consegue de modo algum	6.949	2,68%
Deficiência motora - grande dificuldade	39.276	15,13%
Deficiência motora - alguma dificuldade	84.287	32,47%
Deficiência motora - Total	130.512	50,28%
Mental/intelectual	10.649	4,10%
Total	259.594	-

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010.

Observação: o total da tabela é maior que o total da população idosa com deficiência, pois pessoas com mais de um tipo de deficiência são contadas mais de uma vez.

É importante pontuar que existe uma proporção expressiva de pessoas com deficiência entre a população idosa nos municípios da Drads de Campinas. Em 37 dos 43 municípios, 50% ou mais da população idosa apresenta ao menos um tipo de deficiência, sendo que esse número não se apresenta inferior a 41% na região e atinge a taxa máxima de 69% (ver tabela no ANEXO I).

Além disso, 21 municípios apresentam uma proporção de pessoas idosas com deficiência em relação à população total superior à média nacional de 6,8% (IBGE, 2010), sendo que em dois municípios - Serra Negra e Socorro - essa população corresponde a 10% do total (ver tabela no ANEXO II).

1.1. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e renda

A Drads conta com 15 municípios dentre os 100 maiores IDH-M³ do estado de São Paulo e 11 municípios dentre os 100 maiores no cenário nacional. São destaques os municípios de Jundiá, Valinhos e Vinhedo – 4º, 5º e 6º no ranking estadual, e 11º, 12º e 13º no ranking nacional, respectivamente.

Por outro lado, a Drads possui também cinco municípios que estão entre os 100 IDH-M mais baixos do estado: Santo Antônio de Posse, Joanópolis, Vargem, Nazaré Paulista e Pedra Bela.

Em relação à expectativa de vida ao nascer da população destes municípios, foi levado em consideração o IDH-M Longevidade, que diz respeito à média de anos que a população de um município viveria caso os índices de mortalidade observados sejam mantidos nos próximos anos⁴. Enquanto a média paulista é de 0,845, a média dos municípios que compõem a Drads é de 0,847, sendo que 26 municípios ultrapassam esse valor (com Vinhedo e Holambra com os maiores índices, de 0,878) e 17 estão abaixo dele – sendo Pedra Bela com o menor índice nesse quesito: 0,796.

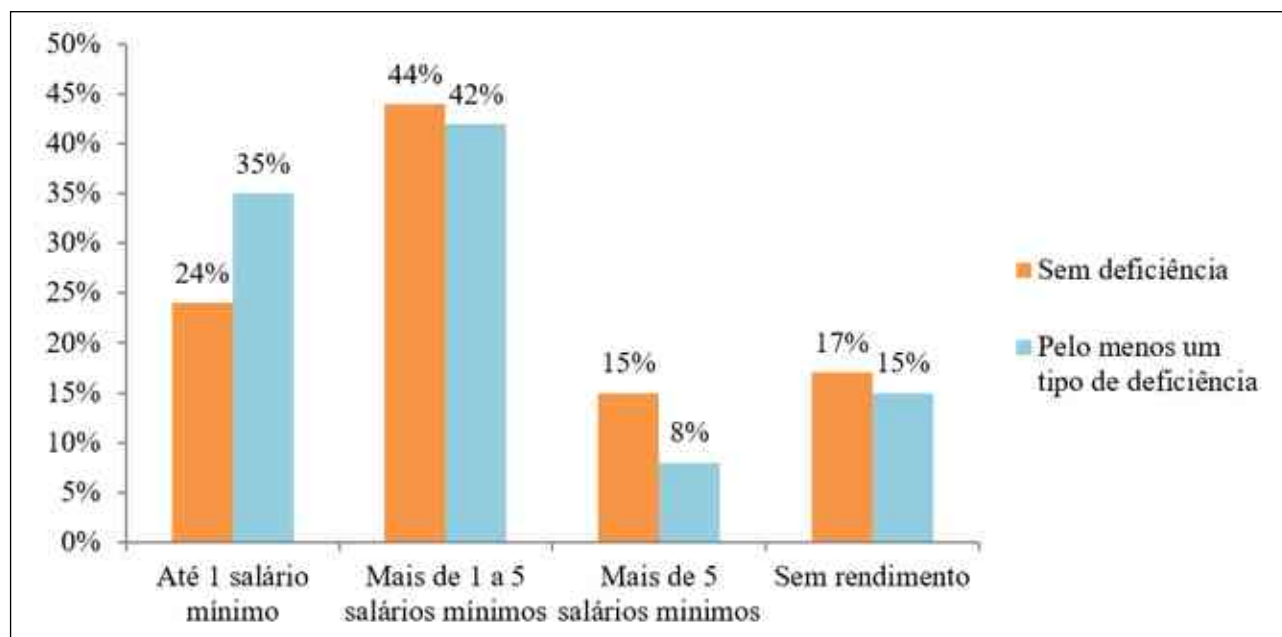
No que diz respeito à renda individual da população idosa nos municípios que compõem a Drads, vê-se que a faixa de renda que concentra este grupo populacional é a de mais de um até cinco salários mínimos, com 44% da população de idosos sem deficiência e 42% da população de idosos com deficiência neste perfil. No estrato mais baixo de renda, de até um salário mínimo, estão concentrados 35% do total de idosos com deficiência e 24% dos idosos sem deficiência.

Na faixa de renda de mais de cinco salários mínimos, estão 15% dos idosos sem deficiência e 8% dos idosos com deficiência, enquanto que entre os que não possuem rendimento, estão 17% dos idosos sem deficiência e 15% dos idosos com deficiência, conforme o gráfico a seguir:

3. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda.

4. Atlas do Desenvolvimento Humano. 2017.

Gráfico 1: Percentual da população idosa com e sem deficiência de acordo com as faixas de rendimento



Observação: os percentuais dizem respeito aos totais de cada grupo populacional (idosos sem deficiência e idosos com deficiência).

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010.

Vê-se, portanto, que o grupo populacional de idosos com deficiência se sobrepõe ao de idosos sem deficiência apenas no estrato de renda mais baixo, com uma diferença significativa de 9 pontos percentuais no que diz respeito à representatividade em seus grupos populacionais totais, o que configura outro aspecto da vulnerabilidade deste segmento da sociedade.

1.2. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social⁵ - indicador composto por uma série de variáveis de caráter socioeconômico e demográfico, tais como renda familiar, escolaridade e idade média do responsável da família - aponta que os municípios que compõem a Drads de Campinas possuem 27% de sua população em situação de média, alta ou muito alta de vulnerabilidade social.

Dos 43 municípios da Drads de Campinas, cinco possuem 50% ou mais da sua população em situação de média, alta ou muito alta de vulnerabilidade social: Nazaré Paulista, Piracaia, Monte Mor, Joanópolis e Pedra Bela. Por outro lado, doze municípios apresentam 90% ou mais da população em situação de baixíssima, muito baixa ou baixa vulnerabilidade social.

5. SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

O restante dos municípios possui em média de 40% a 70% da sua população em situação de média ou baixa vulnerabilidade social.

A partir desses dados preliminares, vê-se que a Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social de Campinas apresenta um contexto socioeconômico diverso, com municípios que estão entre aqueles com os melhores índices nacionais, ao lado de localidades onde boa parte da população se encontra em situação de vulnerabilidade. É, portanto, uma região complexa e multifacetada, configurando terreno fértil para o mapeamento de boas práticas, ao mesmo tempo em que é desafiadora para a implementação e aprimoramento das redes de atendimento à população idosa com deficiência.

2. Caracterização da rede de atendimento da Assistência Social

Com base nas informações do Censo realizado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – do ano de 2018 – e do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS), é possível elaborar um breve panorama sobre a prestação de serviços públicos na Drads de Campinas.

Foram levantados os dados das gestões municipais, dos equipamentos da Assistência Social, como unidades de Centro-Dia de Referência, dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos serviços ofertados. O objetivo dessa sistematização é identificar quais tipos de ações são voltadas à população idosa com e sem deficiência, qual a abrangência dentro da região e a quantidade de indivíduos contemplados por estes serviços públicos.

Quanto aos serviços prestados à população pela rede de atendimento da Assistência Social, há uma divisão entre dois tipos de Proteção Social: a Básica e a Especial. A primeira possui um caráter de prevenção e tem como público alvo pessoas em situação de vulnerabilidade social decorrente de questões socioeconômicas, tais como baixa renda, falta de acesso aos serviços públicos, discriminação etária, étnico-racial, de gênero ou por deficiência. Dessa forma, a Proteção Social Básica visa proporcionar aos indivíduos o desenvolvimento da autonomia e o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, além de realizar encaminhamentos para outros serviços públicos quando necessário.

Já a Proteção Social Especial oferece serviços de média ou alta complexidade voltados à população em situação de risco ou de violação de direitos, tais como, pessoas em situação de rua, violência física, psicológica, negligência, dentre outros. No caso de pessoas idosas ou com deficiência, além de todas as violações de direito que um indivíduo pode sofrer, são levadas em consideração também as violações decorrentes da situação de falta de autonomia e dependência de cuidados de terceiros.

A Proteção Social Especial de Média Complexidade oferece serviços e programas especializados que requerem maior estruturação e capacitação técnica em comparação à Proteção Social Básica, já os programas de Alta Complexidade consistem na acolhida de famílias e indivíduos em situação de risco ou violação de direitos em unidades de acolhimento.

2.1. Proteção Social Básica

2.1.1. Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

De acordo com o Ministério da Cidadania, o CRAS é a porta de entrada da Assistência Social e que tem como objetivo o fortalecimento da convivência e vínculos familiares e comunitários. O equipamento deve estar localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade e chega ser chamado de “unidade básica” do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), comparando-o às Unidades Básicas de Saúde do SUS. Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Sociais (MDS, 2014), espera-se como impacto social do CRAS em seus territórios de abrangência: I) a redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social; II) a prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência; III) o aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais; e IV) a melhoria da qualidade de vida das famílias.

A região da Drads Campinas possui, ao todo, 110 Centros de Referência de Assistência Social, sendo que Campinas e Sumaré são os que possuem maior número de unidades, 12 e 9, respectivamente. A tabela a seguir traz a distribuição dos CRAS nos 43 municípios que compõem a Drads Campinas:

Tabela 3: Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) por município

Município	Unidades	Município	Unidades
Total	110	Paulínia	2
Campinas	12	Águas de Lindóia	1
Sumaré	9	Artur Nogueira	1
Americana	6	Cosmópolis	1
Indaiatuba	6	Engenheiro Coelho	1
Jundiaí	6	Holambra	1
Santa Bárbara d'Oeste	5	Jarinu	1
Atibaia	4	Joanópolis	1
Bragança Paulista	4	Lindóia	1

Município	Unidades	Município	Unidades
Hortolândia	4	Monte Alegre do Sul	1
Itatiba	4	Morungaba	1
Valinhos	4	Nazaré Paulista	1
Campo Limpo Paulista	3	Nova Odessa	1
Várzea Paulista	3	Pedra Bela	1
Vinhedo	3	Pedreira	1
Amparo	2	Pinhalzinho	1
Bom Jesus dos Perdões	2	Piracaia	1
Cabreúva	2	Santo Antônio de Posse	1
Itupeva	2	Serra Negra	1
Jaguariúna	2	Socorro	1
Louveira	2	Tuiuti	1
Monte Mor	2	Vargem	1

Fonte: Censo SUAS 2018 - Secretaria Nacional de Assistência Social

A existência destes equipamentos nos municípios é de fundamental importância porque é o CRAS que é responsável por executar os serviços, programas e projetos socioassistenciais desenvolvidos pelos Governos Federal, Estadual e Municipal. Desse modo, o equipamento é responsável pelo o cadastramento das famílias no Cadastro Único de Programas Sociais. Além disso, é no CRAS que ocorre a oferta do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Estes três serviços e suas informações em relação à oferta na Drads Campinas são abordados abaixo.

É importante destacar, antes de detalhar os três serviços supracitados, as condições de acessibilidade dos CRAS dos municípios que compõem a Drads Campinas: das 110 unidades, são poucas as que possuem itens de acessibilidade para pessoas com deficiência. Treze unidades possuem pisos especiais com relevos para sinalização

voltados para pessoas com deficiência visual e apenas sete possuíam um profissional com conhecimentos em Libras. Outras duas possuem suporte para leitores de telas de computador para pessoas com deficiência visual e apenas uma possui suporte de material em Braille, conforme a tabela a seguir:

Tabela 4: Quantidade de unidades CRAS que possuem itens de acessibilidade

Item de acessibilidade	Quantidade de unidades
Pisos especiais com relevos para sinalização voltados para pessoas com deficiência visual	13
Suporte de profissional com conhecimento em LIBRAS	7
Suporte para leitores de telas de computador para pessoas com deficiência visual	2
Outras adaptações e tecnologias assistivas para deficiência física	1
Suporte de material em Braille	1
Outras adaptações e tecnologias assistivas para deficiência intelectual e autismo	0

Fonte: Censo SUAS 2018 - Secretaria Nacional de Assistência Social

2.1.1.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (MDS, 2014: 12), o PAIF

consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico.

O PAIF, portanto, busca ofertar ações socioassistenciais de prestação continuada, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social e tem como objetivos principais: I) Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida; II) Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; e III) Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades (Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2015).

Na Drads Campinas, são poucas os CRAS que trabalham as questões ligadas ao público idoso e com deficiência em atendimentos coletivos do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família: apenas 32 (29%) das unidades trabalham o tema dos direitos das pessoas com deficiência. Em 24 (22%) são abordadas as especificidades do ciclo vital dos membros das famílias e em 19 (17%) ocorrem discussões sobre o “cuidar de quem cuida”. Vale ressaltar que apenas 14 unidades (13%) abordam nos atendimentos coletivos pelo PAIF o direito à cultura e lazer, conforme a tabela a seguir:

Tabela 5: Principais temáticas abordadas nos atendimentos coletivos do PAIF

Principais temáticas abordadas nos atendimentos coletivos realizados pelo PAIF		
Direitos das pessoas com deficiência	32	29%
As especificidades do ciclo vital dos membros das famílias	24	22%
Cuidar de quem cuida	19	17%
Direito a cultura e lazer	14	13%
Total	110	-

Fonte: Censo SUAS 2018 - Secretaria Nacional de Assistência Social

2.1.1.2. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas

Em relação aos serviços prestados para pessoas idosas e com deficiência, apenas nos municípios de Campo Limpo Paulista, Monte Alegre do Sul, Socorro e Sumaré as unidades do CRAS ofertam o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para esse público-alvo em específico.

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços de Assistência Social (MDS, 2014: 25), este serviço

tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento.

No mês de agosto de 2018, foram atendidas pelo Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio 91 pessoas idosas e 52 pessoas com deficiência. A maior parte desses atendimentos ocorreram na cidade de Sumaré, 70% em relação ao total, já que nesse município todos os nove CRAS ofertam esse tipo de atendimento.

A tabela a seguir apresenta o número de pessoas idosas e pessoas com deficiência de todas as faixas etárias atendidas nos CRAS pelo Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Destaca-se o baixo número de equipamentos que ofertam este serviço, em especial em grandes cidades da região, como Campinas, Jundiaí, Indaiatuba, Americana e Hortolândia.

Tabela 6: Número de pessoas idosas e com deficiência atendidas nos CRAS pelo Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas

Município	Total de pessoas idosas atendidas	Total de pessoas com deficiência atendidas
Sumaré	62	37
Socorro	20	12
Monte Alegre do Sul	8	2
Campo Limpo Paulista	1	1

Fonte: Censo SUAS 2018 - Secretaria Nacional de Assistência Social

2.1.1.3. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

Este serviço “possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social” (MDS, 2014: 17). É organizado com base na busca pela ampliação de trocas culturais e vivências, desenvolvimento ações intergeracionais e com grupos heterogêneos (compostos por pessoas de diferentes raças, etnias, gêneros e etc.). Em síntese, seu objetivo é fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Para a população idosa, o serviço tem por foco

o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir (MDS, 2014: 18).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é executado diretamente em 47 (43%) das unidades, enquanto em outras 63 (57%) a execução é feita pela rede de referência. Destas 63 unidades, 52 atendem pessoas idosas.

Quanto às estratégias que os profissionais da rede de referência utilizam para acompanhar o SCFV, em mais de 75% dessas 52 unidades são realizados o encaminhamento dos usuários para esse serviço, verificação da inclusão dos usuários encaminhados pelo CRAS, reuniões periódicas com a equipe de referência e discussão conjunta dos casos em acompanhamento.

2.1.1.4. Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e pessoas idosas

O Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e pessoas idosas tem como premissa proporcionar aos usuários o acesso à rede socioassistencial,

visando prevenir o indivíduo de condições de risco e violação de direitos, como é característico da Proteção Social Básica da Assistência Social.

O público-alvo desse serviço são pessoas que se encontram em condição de vulnerabilidade social, beneficiários do BPC e famílias beneficiárias de programas de transferência de renda. O serviço consiste em identificar este público-alvo e realizar uma série de ações que proporcionem o desenvolvimento da autonomia e o fortalecimento dos vínculos sociais e familiares dos indivíduos, tais como, visitas domiciliares, criação de um plano de desenvolvimento do usuário, rodas de conversa, dentre outras atividades que promovam o desenvolvimento do indivíduo e seus familiares.

Todo o planejamento do serviço, que envolve questões como número de profissionais, quais atividades serão realizadas e qual a frequência dos atendimentos, leva em consideração os aspectos presentes no ambiente que os usuários pertencem. De acordo com a demanda, também está previsto o encaminhamento para outros serviços da rede, de acordo com a necessidade apresentada.

Segundo o Censo SUAS, apenas os municípios de Americana, Campo Limpo Paulista, Engenheiro Coelho, Jaguariúna, Joanópolis, Monte Alegre do Sul, Socorro, Sumaré, Tuiuti e Várzea Paulista prestam o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e pessoas idosas junto à população. Desse modo, a maioria das gestões municipais não prestam esse tipo de serviço, inclusive municípios com as maiores receitas e de grande porte, como Jundiaí, e Campinas, a metrópole regional.

Tendo como referência o mês de agosto de 2018 (último dado disponível), estes 10 municípios atenderam 251 pessoas, sendo que 219 foram atendidas nos municípios de Americana, Socorro e Sumaré. A tabela a seguir detalha o número de pessoas atendidas por município:

Tabela 7: Número pessoas atendidas pelo Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com deficiência e idosas por município, em Agosto de 2018

Município	Número pessoas atendidas
DRADS de Campinas	251
Sumaré	90
Americana	89

Município	Número pessoas atendidas
Socorro	40
Engenheiro Coelho	10
Joanópolis	10
Monte Alegre do Sul	10
Campo Limpo Paulista	2

Fonte: Censo SUAS 2018 - Secretaria Nacional de Assistência Social

2.1.2. Centro de Convivência

Na Drads Campinas, há um total de 216 Centros de Convivência distribuídos em 27 municípios da região, nos quais 90 (42%) são atendidas pessoas idosas. Apesar de haver 2 Centros de Convivência em Joanópolis, e Bom Jesus dos Perdões, Cosmópolis e Pinhalzinho possuírem uma unidade cada, nesses municípios não são atendidas o público alvo em questão, dessa forma, um total de 20 cidades não oferecem esse serviço para pessoas com mais de 60 anos de idade. A tabela a seguir mostra a quantidade de Centros de Convivência na região da Drads Campinas por município e público atendido:

Tabela 8: Quantidade de Centros de Convivência na região da DRADS Campinas

Município	Total de Centros de Convivência	Atendem pessoas idosas	%
Total	216	90	42%
Campinas	85	41	48%
Hortolândia	17	5	29%
Sumaré	17	10	59%
Indaiatuba	14	1	7%
Vinhedo	10	3	30%
Americana	8	2	25%

Município	Total de Centros de Convivência	Atendem pessoas idosas	%
Amparo	8	2	25%
Atibaia	8	6	75%
Artur Nogueira	6	3	50%
Santa Bárbara d'Oeste	6	1	17%
Itatiba	4	1	25%
Jundiaí	4	3	75%
Bragança Paulista	3	1	33%
Engenheiro Coelho	3	1	33%
Jaguariúna	3	2	67%
Pedreira	3	1	33%
Piracaia	3	1	33%
Valinhos	3	1	33%
Joanópolis	2	0	0%
Louveira	2	1	50%
Bom Jesus dos Perdões	1	0	0%
Campo Limpo Paulista	1	1	100%
Cosmópolis	1	0	0%
Itupeva	1	1	100%
Pinhalzinho	1	0	0%
Santo Antônio de Posse	1	1	100%
Várzea Paulista	1	1	100%
Águas de Lindóia	0	0	0%
Cabreúva	0	0	0%

Município	Total de Centros de Convivência	Atendem pessoas idosas	%
Holambra	0	0	0%
Jarinu	0	0	0%
Lindóia	0	0	0%
Monte Alegre do Sul	0	0	0%
Monte Mor	0	0	0%
Morungaba	0	0	0%
Nazaré Paulista	0	0	0%
Nova Odessa	0	0	0%
Paulínia	0	0	0%
Pedra Bela	0	0	0%
Serra Negra	0	0	0%
Socorro	0	0	0%
Tuiuti	0	0	0%
Vargem	0	0	0%

Fonte: Censo SUAS 2018 - Secretaria Nacional de Assistência Social

Dessas 90 unidades, a maioria está referenciada à um CRAS, 66 (73%) no total, enquanto as outras 24 (27%) não estão. Nestes centros são realizadas diversas atividades com os seus usuários no contexto dos SCFV, tais como, atividades artísticas, jogos, brincadeiras, esportes, musicalidade, dentre outras. A tabela a seguir apresenta a quantidade de Centros de Convivência que realizam com frequência as seguintes atividades:

Tabela 9: Atividades normalmente realizadas com os usuários dos Serviços de convivência e Fortalecimento de Vínculos existentes

Atividades	Unidades	
Atividades de arte e cultura (pintura, circo, dança, teatro, trabalhos em papel, etc.)	85	94%
Atividades de linguagem (produção de texto, contação de histórias, roda de conversa, etc.)	75	83%
Jogos e Brincadeiras (jogos de tabuleiro, brincadeiras de roda, esconde-esconde, mímica, etc.)	75	83%
Atividades esportivas	74	82%
Artesanato (bijuterias, pintura em tecido, bordado, crochê, etc.)	71	79%
Musicalidade (cantar, tocar instrumentos, etc)	64	71%
Atividades de inclusão digital	56	62%
Atividades que envolvam alimentos (culinária, alimentos, hortas, etc.)	55	61%
Atividades de orientação para o mundo do trabalho	47	52%
Prestam atividades de cuidado de vida diária	46	51%
Reforço escolar	8	9%
Outras	23	26%
Total	90	-

Fonte: Censo SUAS 2018 - Secretaria Nacional de Assistência Social

Nessas atividades, são abordados uma variedade de temas, seguindo a perspectiva do SCFV. Em mais de 90% das unidades, os mais discutidos são os temas transversais, tais como, esporte, saúde, meio ambiente.

Em relação ao público idoso em específico, destaca-se que 68 (76%) das unidades declararam que trabalham com atividades intergeracionais com seus usuários, como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 10: Conteúdos que normalmente são discutidos com os usuários dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Conteúdos	Unidades	
Atividades sobre temas transversais (saúde, meio ambiente, cultura, esporte, etc.)	85	94%
Atividades sobre direitos e programas sociais	85	94%
Orientações sobre higiene e cuidados pessoais	70	78%
Atividades intergeracionais	68	76%
Atividades que abordem a temática da segurança alimentar e nutricional	58	64%
Atividades voltadas à promoção dos direitos das mulheres e questões de gênero	55	61%
Atividade de afirmação étnico-cultural	44	49%
Atividades que abordem a temática de orientação sexual e de identidade de gênero	37	41%
Outros	16	18%
Total	90	100%

Fonte: Censo SUAS 2018 - Secretaria Nacional de Assistência Social

Além disso, serviços e atividades de outras políticas públicas também são oferecidos nas unidades, porém, em um percentual muito menor que as anteriores. Destaca-se, por exemplo, a oferta do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e Idosos em apenas uma unidade da região. Outro ponto que vale ressaltar é que em 72% dos Centros de Convivência não foi constatada essa informação, conforme a tabela a seguir:

Tabela 11: Serviços/atividades de outras políticas que são prestados nas unidades

Serviços/atividades	Unidades	
Educação	18	20%
Inclusão digital	11	12%

Serviços/atividades	Unidades	
Saúde	9	10%
Esporte	8	9%
Trabalho e inclusão produtiva	6	7%
Cultura	4	4%
Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e Idosos	1	1%
Atendimento e ofertas de serviços de Assistência Social para famílias	1	1%
Habitação	0	0%
Sem informação	65	72%
Total	90	-

Fonte: Censo SUAS 2018 - Secretaria Nacional de Assistência Social

2.2. Proteção Especial

2.2.1. Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

De acordo com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de São Paulo, o CREAS é responsável pela oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos, tendo como objetivos prioritários: I) Fortalecer as redes sociais de apoio da família; II) Contribuir no combate a estigmas e preconceitos; III) Assegurar proteção social imediata e atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social; IV) Prevenir o abandono e a institucionalização; e V) Fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família.

Como pontuado pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, do Ministério da Cidadania, o CREAS também é responsável por oferecer informações, orientação jurídica, apoio à família, apoio no acesso à documentação pessoal e estimular a mobilização comunitária.

Nos 43 municípios da Drads Campinas, existem um total de 33 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), distribuídos em 30 municípios, sendo que Campinas é o único com mais de uma unidade, quatro no total, conforme a tabela a seguir:

Tabela 12: Número de CREAS na Drads Campinas por município

Município	Unidades	Município	Unidades
Total	33	Artur Nogueira	1
Campinas	4	Cosmópolis	1
Sumaré	1	Jarinu	1
Americana	1	Nova Odessa	1
Indaiatuba	1	Pedreira	1
Jundiaí	1	Piracaia	1
Santa Bárbara d'Oeste	1	Santo Antônio de Posse	1
Atibaia	1	Serra Negra	1
Bragança Paulista	1	Socorro	1
Hortolândia	1	Bom Jesus dos Perdões	0
Itatiba	1	Águas de Lindóia	0
Valinhos	1	Engenheiro Coelho	0
Campo Limpo Paulista	1	Holambra	0
Várzea Paulista	1	Joanópolis	0
Vinhedo	1	Lindóia	0
Amparo	1	Monte Alegre do Sul	0
Cabreúva	1	Morungaba	0
Itupeva	1	Nazaré Paulista	0
Jaguariúna	1	Pedra Bela	0
Louveira	1	Pinhalzinho	0

Município	Unidades	Município	Unidades
Monte Mor	1	Tuiuti	0
Paulínia	1	Vargem	0

Fonte: Censo SUAS 2018 - Secretaria Nacional de Assistência Social

Em relação aos serviços, o CREAS é responsável pela oferta do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias e pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), abordados abaixo.

Novamente, antes de descrever e pontuar os serviços supracitados, é importante pontuar a acessibilidade destes equipamentos: dos 33 CREAS da região da Drads Campinas, os percentuais de acessibilidade são baixos. Apenas duas unidades possuem suporte de profissional com conhecimento em LIBRAS e outras duas possuem adaptações e tecnologias assistivas para deficiência física, intelectual e autismo. Além disso, nenhuma unidade possui suporte de material em Braille, suporte para leitores de telas de computador para pessoas com deficiência visual e pisos especiais com relevos para sinalização voltados para pessoas com deficiência visual, conforme a tabela a seguir:

Tabela 13: Quantidade de unidades CREAS que possuem os seguintes itens de acessibilidade

Item de acessibilidade	Número de unidades
Suporte de profissional com conhecimento em LIBRAS	2
Outras adaptações e tecnologias assistivas para deficiência física	2
Outras adaptações e tecnologias assistivas para deficiência intelectual e autismo	2
Suporte de material em Braille	0
Suporte para leitores de telas de computador para pessoas com deficiência visual	0
Pisos especiais com relevos para sinalização voltados para pessoas com deficiência visual	0

Fonte: Censo SUAS 2018 - Secretaria Nacional de Assistência Social

2.2.1.1. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias

Segundo a Tipificação de Serviços Socioassistenciais (MDS, 2014), este serviço busca a

oferta de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia. O serviço tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes.

Desse modo, o serviço objetiva promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência e idosas com dependência, seus cuidadores e suas famílias, desenvolvendo ações especializadas para a superação das situações violadoras de direitos que contribuem para a intensificação da dependência e prevenindo o abrigamento e a segregação dos usuários do serviço, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária.

Este serviço é oferecido em 14 (42%) CREAS da Drads Campinas, sendo que cinco possuem equipe específica para esse serviço e nove não possuem. No mês de Agosto de 2018, foram atendidas no total 926 pessoas do público alvo desta ação.

Já em 11 unidades (33%) não há essa oferta, porém, o serviço é realizado por outras instituições de referência. Nas outras 8 unidades (24%), esse serviço não é oferecido pelo CREAS nem por outra instituição, como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 14: Unidades que ofertam o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e sua e suas Famílias

	Unidades	Porcentagem
Não oferta, nem possui o Serviço no município	8	24%
Oferta, com equipe específica para o serviço	5	15%
Oferta, sem equipe específica para o serviço	9	27%
Não oferta com a equipe do CREAS, mas no município existe o Serviço	11	33%
Total	33	100%

Fonte: Censo SUAS 2018 - Secretaria Nacional de Assistência Social

2.2.1.2. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)

Além do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e Suas Famílias, é de responsabilidade do CREAS a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que tem como objetivo a orientação e acompanhamento de famílias que possuam indivíduos em situação de vulnerabilidade social e ou violação de direitos. O serviço visa identificar possíveis situações ou ciclos de vida nas quais o indivíduo possa ser exposto à tal situação.

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (MDS, 2014: 29), o PAEFI “compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social”.

Na maioria das unidades, há a oferta deste serviço para casos de violência psicológica, negligência ou abandono e violência física, no caso de pessoas com deficiência, em 30 unidades (91%) são atendidos indivíduos que são vítimas de violência ou violação de direitos.

Tabela 15: Oferta de atendimento para as seguintes situações e ciclos de vida - PAEFI

Situações e ciclos de vida	Unidades	
Violência psicológica	33	100%
Negligência ou abandono	33	100%
Violência física	32	97%
Pessoas com deficiência vítimas de violência/violação de direitos	30	91%
Família\Indivíduos com pessoas em serviços de acolhimento	27	82%
Abuso sexual	26	79%
Violência patrimonial	22	67%
Situação de rua	22	67%
Discriminação em decorrência da raça/etnia	20	61%
Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou da identidade de gênero	18	55%
Exploração sexual	17	52%
Tráfico de pessoas	13	39%
Famílias com pessoas adultas em privação de liberdade	11	33%
Famílias com pessoas egressas do sistema prisional	10	30%

Fonte: Censo SUAS 2018 - Secretaria Nacional de Assistência Social

2.2.1.3. Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias

O Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias é um serviço de média complexidade da Proteção Social Especial que tem como público-alvo pessoas em situação de risco ou violação de direitos, tais como abandono, falta de autonomia, maus tratos, dentre outras condições que tornam necessária esse tipo de assistência por parte do poder público. As ações são específicas para cada caso e contam com o apoio de uma equipe especializada de acordo com a demanda de cada usuário. Esse atendimento ocorre nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), no domicílio do usuário ou nas unidades Centro-Dia de Referência, que serão abordadas posteriormente neste capítulo.

De acordo com as informações do Sistema dos Planos Municipais de Assistência Social (PMASweb), na região da Drads de Campinas estavam em funcionamento no ano de 2019 um total de 68 unidades que realizam esse tipo de serviço, das quais, 15 são da rede direta de atendimento, ou seja, administradas pelo setor público, e 53 da rede indireta, administradas por instituições privadas e do terceiro setor.

Dos 43 municípios da região, sete municípios não possuem unidades que oferecem esse tipo de serviços: Bom Jesus dos Perdões, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Tuiuti e Vargem. Dentre os 36 contemplados, 14 são atendidos pela rede direta e os outros 22 municípios são atendidos exclusivamente pela rede indireta.

Quanto ao público-alvo desse serviço, 39 unidades (57%) atendem pessoas com deficiência, seus familiares e cuidadores, 8 unidades (12%) atendem idosos, seus familiares e cuidadores e 21 unidades (31%) atendem ambos os públicos. Tendo como referência o ano de 2018, são realizados em média nessas unidades 9.433 atendimentos por mês, totalizando 113.196 atendimentos neste ano.

Dessa média mensal de usuários, 8.845 (94%) foram atendidos na rede indireta e 588 (6%) na rede direta, o que evidencia uma significativa discrepância na quantidade de atendimentos realizados nesse tipo de serviço de média complexidade.

2.2.2. Serviço de acolhimento institucional

O Serviço de acolhimento institucional é um tipo de serviço de alta complexidade da proteção social especial da Assistência Social. Esse serviço consiste no acolhimento de famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco ou violação de direitos, provenientes de diversos fatores, tais como, situação de rua, negligência dos familiares, falta de autonomia, medidas judiciais, dentre outros. Para cada público alvo há uma ou mais modalidades de acolhimento. No caso de pessoas idosas, existem três modalidades de acolhimento: Abrigos Institucionais, unidades Casa-Lar e Repúblicas. Quanto às pessoas com deficiência, a modalidade oferecida é a Residência Inclusiva.

No total, são 36 Abrigos Institucionais em funcionamento no ano de 2019 distribuídos em 26 municípios da Drads de Campinas. De acordo com as informações fornecidas pelo Sistema PMAS, em 2018 foram atendidas, em média, 1.378 pessoas idosas por mês. Quanto às unidades Casa-Lar, estão em funcionamento atualmente duas unidades, uma em Cosmópolis e outra em Monte Mor, que somadas possuem uma média mensal de 42 atendimentos.

Ambas as modalidades são oferecidas exclusivamente pela rede indireta de atendimento. O único serviço de acolhimento de pessoas idosas ofertado pela rede direta de atendimento ocorre em uma unidade da modalidade República, localizada em Jundiaí.

Já em relação ao serviço de acolhimento de pessoas com deficiência, existem na região oito Residência Inclusivas, das quais quatro estão localizadas em Campinas e duas em Atibaia. Bragança Paulista e Sumaré possuem uma unidade cada. Em média, são atendidas mensalmente 75 pessoas nessas oito unidades.

A tabela abaixo apresenta os municípios que possuem estes serviços de acolhimento por modalidade e média mensal de atendimento:

Tabela 16: Municípios que possuem estes serviços de acolhimento por modalidade e média mensal de atendimento

Modalidade de atendimento	Municípios contemplados pelo serviço	Média de atendimentos por mês em 2018
Abrigo Institucional	Águas de Lindóia, Americana, Amparo, Artur Nogueira, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Campinas, Indaiatuba, Itatiba, Joanópolis, Jundiaí, Louveira, Morungaba, Nova Odessa, Pedra Bela, Pedreira, Pinhalzinho, Piracaia, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Serra Negra, Socorro, Sumaré, Valinhos e Vinhedo	1.378 pessoas idosas
Casa Lar	Cosmópolis e Monte Mor	42 pessoas idosas
República	Jundiaí	20 pessoas idosas
Residência Inclusiva	Atibaia, Campinas, Bragança Paulista e Sumaré	75 pessoas com deficiência

Fonte: Sistema Plano Municipal de Assistência Social

2.2.3. Centro-Dia de Referência

A unidade pública de atendimento Centro-Dia de Referência atende jovens e adultos com deficiência que não possuem autonomia e seus familiares. No caso de pessoas de idosas, este equipamento oferta o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

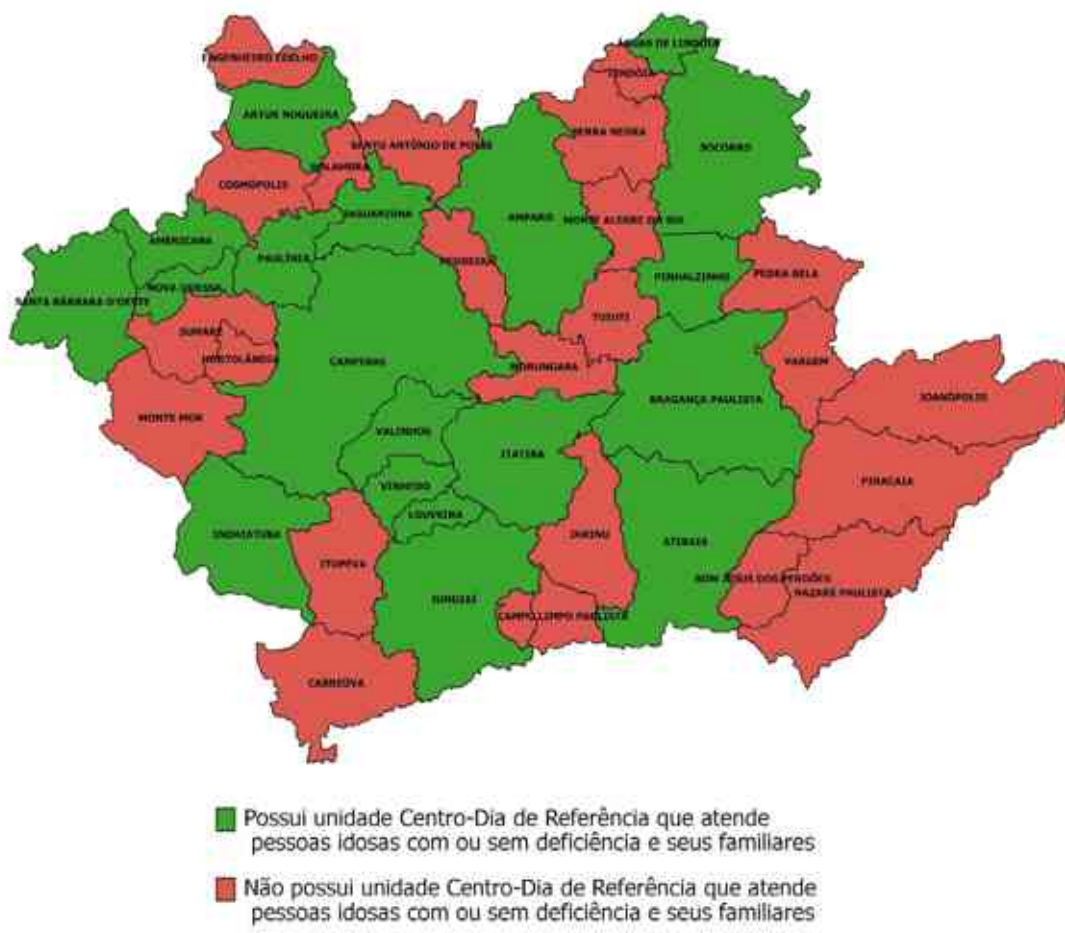
Seguindo uma linha contrária à da institucionalização das pessoas idosas que não possuem autonomia, o Centro-Dia de Referência foi criado no âmbito do Programa São Paulo Amigo do Idoso, instituído pelo Governo do estado em 2012. Dessa forma, o serviço ofertado nas unidades tem como premissa atender pessoas idosas que possuem algum grau de dependência sem interferir nos seus vínculos familiares e sociais, evitando assim o seu isolamento social.

Os objetivos do serviço ofertado nas unidades são prevenir os usuários e suas famílias de situações de risco pessoal ou social, fortalecer os vínculos familiares, promover a interação social, evitar a institucionalização e o abandono do idoso, prevenir em relação à saúde e promover a atenção às pessoas idosas entre os familiares e comunidade de maneira geral. O acesso às unidades ocorre através da procura espontânea dos usuários e seus familiares ou através do encaminhamento de outras unidades da rede de Assistência Social e outros setores que atendam esse público alvo. Há também a busca ativa dos profissionais do Centro-Dia de Referência em seu território de abrangência visando identificar possíveis usuários.

As unidades também atendem pessoas idosas sem deficiência que possuem algum grau de dependência de outras pessoas. De acordo com o Censo SUAS de 2018, o estado de São Paulo possui 489 unidades distribuídas em 217 municípios. Na região da Drads de Campinas, há um total de 56 unidades em 25 municípios.

Dentre essas 56 unidades, 31 atendem pessoas idosas com ou sem deficiência e seus familiares. Essas unidades estão localizadas em 19 dos 43 municípios da região. O mapa e tabela a seguir detalham os municípios que possuem ou não Centros-Dia que atendem pessoas idosas com ou sem deficiência e seus familiares:

Imagem 1: Municípios da Drads de Campinas que possuem ou não unidade Centro-Dia de Referência que atendem pessoas idosas com ou sem deficiência e seus familiares



Fonte: Censo SUAS 2018 - Secretaria Nacional de Assistência Social. Elaboração própria.

O município de Campinas possui o maior número de unidades de Centro-Dia de Referência, 7 no total, seguido de Indaiatuba, com 3 unidades e Americana, Amparo, Atibaia e Bragança Paulista, com 2 unidades cada uma. O restante dos municípios possui uma unidade, como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 17: Quantidade de unidades Centro-Dia de Referência por município – Agosto de 2018

Município	Quantidade de unidades
Campinas	7
Indaiatuba	3
Americana	2

Município	Quantidade de unidades
Amparo	2
Atibaia	2
Bragança Paulista	2
Águas de Lindóia	1
Artur Nogueira	1
Itatiba	1
Jaguariúna	1
Jundiaí	1
Louveira	1
Nova Odessa	1
Paulínia	1
Pinhalzinho	1
Santa Bárbara d'Oeste	1
Socorro	1
Valinhos	1
Vinhedo	1

Fonte: Censo SUAS 2018 - Secretaria Nacional de Assistência Social

No total, tendo como referência o mês de agosto de 2018, essas unidades de Centro-Dia de Referência atenderam 4.129 pessoas de todas as faixas etárias, sendo que 510 (12%) são pessoas idosas com e sem deficiência. Dentre esse público alvo, 291 (57%) possuem deficiência e 219 (43%) não possuem.

No município de Campinas foram atendidas 255 pessoas idosas no mês de referência, sendo que 78% possuem deficiência. Vale ressaltar que em Campinas, apesar de existirem sete Centro-Dia de Referência, há uma grande concentração de atendimentos em apenas uma unidade, que atendeu 218 pessoas idosas, o que representa 85% dos atendimentos realizados em todo o município no mês em questão.

O restante dos municípios registrou menos de 50 atendimentos. Levando em consideração essa média mensal, a estimativa é que aproximadamente 6 mil pessoas idosas com e sem deficiência são atendidas por ano na região da Drads Campinas nas unidades Centro-Dia de referência.

Abaixo, pode ser observado o número de pessoas atendidas nas unidades Centro-Dia de referência no mês de agosto de 2018:

Tabela 18: Número de pessoas idosas com e sem deficiência atendidas nas unidades Centro-Dia de referência no mês de agosto de 2018

Município	Pessoas idosas com deficiência		Pessoas idosas sem deficiência		Total
DRADS de Campinas	291	57%	219	43%	510
Campinas	200	78%	55	22%	255
Indaiatuba	25	51%	24	49%	49
Americana	18	56%	14	44%	32
Jundiaí	2	7%	28	93%	30
Socorro	2	8%	22	92%	24
Vinhedo	0	0%	24	100%	24
Amparo	6	26%	17	74%	23
Bragança Paulista	6	33%	12	67%	18
Jaguariúna	0	0%	15	100%	15
Atibaia	13	100%	0	0%	13
Valinhos	12	100%	0	0%	12
Itatiba	0	0%	8	100%	8
Águas de Lindóia	3	100%	0	0%	3
Santa Bárbara d'Oeste	2	100%	0	0%	2
Artur Nogueira	1	100%	0	0%	1
Pinhalzinho	1	100%	0	0%	1
Louveira	0	0%	0	0%	0
Nova Odessa	0	0%	0	0%	0
Paulínia	0	0%	0	0%	0

Fonte: Censo SUAS 2018 - Secretaria Nacional de Assistência Social

Considerando todos os atendimentos realizados pelas 31 unidade Centro-Dia de Referência nas 19 cidades, é possível observar uma concentração em dez municípios: Jundiaí, Socorro, Vinhedo, Jaguariúna, Itatiba, Americana, Indaiatuba, Atibaia, Bragança Paulista, Amparo e Campinas. Nestes municípios foram realizados 491 (96%) dos 510 atendimentos realizados.

Apesar de algumas cidades terem atendido poucas pessoas idosas, a comparação com o total de atendimentos mostra que estes municípios atenderam majoritariamente pessoas com deficiência de outras faixas etárias, como ilustra a tabela a seguir:

Tabela 19: Número de atendimentos total e de pessoas idosas em Agosto de 2018

Município	Total de pessoas idosas atendidas	Total de pessoas atendidas	Percentual de pessoas idosas atendidas em relação ao total de atendimentos
Jundiaí	30	30	100%
Socorro	24	24	100%
Vinhedo	24	24	100%
Jaguariúna	15	15	100%
Itatiba	8	8	100%
Americana	32	60	53%
Indaiatuba	49	143	34%
Atibaia	13	45	29%
Bragança Paulista	18	77	23%
Amparo	23	144	16%
Campinas	255	1891	13%
Águas de Lindóia	3	74	4%
Valinhos	12	407	3%
Pinhalzinho	1	46	2%
Artur Nogueira	1	53	2%
Santa Bárbara d'Oeste	2	580	0,3%
Louveira	0	121	0%
Nova Odessa	0	273	0%
Paulínia	0	114	0%
Total	510	4129	12%

Fonte: Censo SUAS 2018 - Secretaria Nacional de Assistência Social

Uma razão que pode explicar o baixo número de atendimentos em parte dos municípios é o fato de que das 31 unidades, 20 atendem outras faixas etárias. Nos municípios que houve menos de 15 pessoas idosas atendidas em Agosto de 2018, as unidades

atenderam em sua maioria crianças, adolescentes e adultos com deficiência, totalizando 1.721 atendimentos deste público alvo, o que representa 42% do total de atendimentos realizados nas 31 unidades. Nos municípios Louveira, Nova Odessa e Paulínia, que não atenderam nenhuma pessoa idosa no mês de Agosto de 2018, foram atendidas no mês em questão 508 crianças, adolescentes e adultos com deficiência, o que representa 12% do total de atendimentos.

Quanto ao tipo de deficiência das pessoas atendidas, não é possível, por meio dos dados disponíveis pelo SUAS, analisar essa informação segmentada por faixa etária. Ainda assim, vale ressaltar o alto percentual de pessoas com deficiência intelectual que foram atendidas nas 31 unidades em questão, as quais representam 63% de todas as pessoas atendidas.

Das 510 pessoas idosas atendidas nas unidades no mês de agosto de 2018, 109 recebiam o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o que representa um percentual de 21% em relação ao total, média essa semelhante à do estado de São Paulo e do Brasil, que são de 26% e 21%, respectivamente.

Quanto à articulação das unidades com outras instituições e instâncias governamentais, 13 das 31 unidades fazem parte de alguma rede/federação nacional, estadual ou regional de entidades de defesa e apoio às pessoas com deficiência e suas famílias.

Algumas unidades estão inscritas e/ou registradas em conselhos municipais, estaduais ou nacionais ligados às pessoas idosas e com deficiência. Doze unidades possuem inscrição ou registro em conselhos de direitos do idoso e 8 em Conselhos de direitos das pessoas com deficiência. Por fim, 13 unidades estão referenciadas a um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Quanto ao atendimento ofertado à população, nas unidades Centro-Dia de Referência são realizadas diversas ações e atividades desenvolvidas no âmbito do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias. Em um primeiro momento, as unidades realizam o acolhimento dos usuários, elaboram estudos e planos de acompanhamentos das ações a serem realizadas e orientam os usuários sobre questões individuais. Além disso, em parte das unidades, há o trabalho de mobilização dos usuários para o acesso aos serviços prestados.

Outro tipo de ação desenvolvida nas unidades é a orientação aos usuários e seus familiares em relação ao cadastramento no Cadastro Único para programas sociais (CadÚnico), que dá acesso ao BPC e ao Programa Bolsa Família, por exemplo. Também há orientação e apoio em relação à obtenção de documentação pessoal.

Também faz parte das atribuições das unidades encaminhar os usuários para diversos setores do poder público quando necessário, por exemplo, para a área da saúde, educação, serviços socioassistenciais, órgãos de defesa de direitos, dentre outros serviços relacionados à proteção social especial dos indivíduos.

Além disso, as unidades também realizam o acompanhamento dos usuários encaminhados através de registros de informações em prontuários e elaboração de relatórios.

Quanto ao atendimento direto às famílias dos usuários, são realizadas diversas ações e atividades, por exemplo, visitas domiciliares, palestras, oficinas, atividades e orientações diversas. Conforme a tabela a seguir, a quantidade de unidades Centro-Dia de Referência que realizam as seguintes atividades:

Tabela 20: Quantidade de unidades Centro-Dia de Referência por tipo de atendimento e ações e atividades desenvolvidas

Tipo de atendimento	Ações e atividades	Unidades	
Atividades de acolhimento e planejamento inicial	Acolhida e escuta inicial	31	100%
	Orientação e apoio nos autocuidados	28	90%
	Estudo social	27	87%
	Atividades de autocuidado da vida diária	26	84%
	Elaboração de Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar	25	81%
	Mobilização das(os) usuárias(os) para acesso ao serviço	22	71%
	Provisionamento de bens materiais	12	39%
Orientações diversas aos usuários	Orientação sobre acesso ao BPC	30	97%
	Orientação sobre o acesso a outros benefícios	30	97%
	Orientação para realização de cadastro no CadÚnico	29	94%
	Orientação e apoio para obtenção de documentação pessoal	28	90%

Tipo de atendimento	Ações e atividades	Unidades	
Encaminhamentos e acompanhamentos dos usuários	Encaminhamento para a rede de serviços socioassistenciais	31	100%
	Encaminhamento para os serviços da rede de saúde	30	97%
	Registro de informações em prontuário	30	97%
	Elaboração de relatórios sobre casos em acompanhamento	30	97%
	Encaminhamento para serviços/Unidades das demais políticas públicas	29	94%
	Encaminhamento para órgãos de defesa de direitos	29	94%
	Acompanhamento das(os) usuárias(os) encaminhadas(os) para a rede	27	87%
	Encaminhamento para política de educação	20	65%
	Atividades voltadas às famílias dos usuários	Apoio e orientação às(aos) cuidadoras(es) familiares	30
Oficinas e atividades coletivas de convívio e socialização		29	94%
Visitas Domiciliares		29	94%
Atividades com a família da(o) usuária(o)		29	94%
Palestras e Oficinas envolvendo a comunidade		21	68%
Orientação sobre tecnologias assistivas		20	65%

Fonte: Censo SUAS 2018 - Secretaria Nacional de Assistência Social

Por fim, além das ações e atividades mencionadas anteriormente, as unidades também realizam diversos tipos de atividades e atendimentos voltados a todas as faixas etárias, por exemplo, atendimentos médicos, fisioterapia, terapia ocupacional, dentre outras atividades que envolvem diversas temáticas, conforme mostra a tabela a seguir:

Tabela 21: Quantidade de unidades Centro-Dia de Referência que realizam atividades e atendimentos voltados para todas as faixas etárias

Ações e atividades	Unidades	
Passeios e/ou atividades externas	26	84%
Atividades Artísticas e Culturais (musicalização, dança, teatro, entre outros)	25	81%
Atividades Esportivas	23	74%
Artesanato (bijuterias, pintura em tecido, bordado, crochê, etc.)	23	74%
Atividades de linguagem (produção de texto, contação de histórias, roda de conversa, etc.)	21	68%
Atividades que envolvam alimentos (oficinas de culinária, hortas, etc.)	21	68%
Terapia Ocupacional	20	65%
Fisioterapia	19	61%
Musicalidade (cantar, tocar instrumentos, etc.)	19	61%
Fonoaudiologia	17	55%
Atividades de orientação para o mundo do trabalho	16	52%
Atendimentos Médicos	15	48%
Atendimento Clínico em Psicologia	14	45%
Atividades de inclusão digital	11	35%
Atendimento Odontológico	7	23%
Provisão em órtese e prótese	2	6%

Fonte: Censo SUAS 2018 - Secretaria Nacional de Assistência Social

Quanto à acessibilidade das 31 unidades, levando em consideração os diferentes tipos de deficiência que os usuários podem possuir, o percentual de unidades que possuem os itens de acessibilidade avaliados pelo Censo SUAS é baixo. Em sete unidades há o suporte de um profissional com conhecimento em Libras, nas quais em quatro o seu ensino também é oferecido para os usuários. Somente em uma unidade há o suporte de material em Braille e o ensino desse método de leitura.

Aproximadamente 25% das unidades possuem “adaptações e Tecnologia Assistiva” para deficiência física, deficiência intelectual e autismo; quatro unidades possuem pisos especiais com relevos para sinalização voltados às pessoas com deficiência visual; e apenas uma possui suporte para leitores de telas de computador.

A tabela a seguir apresenta a quantidade de unidades de Centro-Dia de Referência que possuem itens de acessibilidade:

Tabela 22: Quantidade de unidades de Centro-Dia de Referência que possuem os seguintes itens de acessibilidade

Item de acessibilidade	Quantidade de unidades	
Adaptações e tecnologias assistivas para deficiência intelectual e autismo	8	26%
Adaptações e tecnologias assistivas para deficiência física	7	23%
Suporte de profissional com conhecimento em LIBRAS	7	23%
Ensino de Libras	4	13%
Pisos especiais com relevos para sinalização voltados pessoa com deficiência visual	4	13%
Ensino do Método Braille de leitura	1	3%
Suporte de material em Braille	1	3%
Suporte para leitores de telas de computador para pessoas com deficiência visual	1	3%

Fonte: Censo SUAS 2018 - Secretaria Nacional de Assistência Social

2.3. Entidades privadas cadastradas no CNEAS

De acordo com a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, do Ministério da Cidadania, o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS) é “uma ferramenta de gestão, que armazena informações sobre as organizações e ofertas socioassistenciais com atuação no território nacional” (SEDS, 2017).

As informações inseridas no CNEAS são de responsabilidade dos órgãos gestores de assistência social dos municípios. As equipes técnicas destes órgãos devem cadastrar e manter atualizadas as informações referentes “a todas as organizações de assistência social e àquelas que possuam atuação em outras áreas, mas também executam ofertas socioassistenciais, inscritas nos conselhos de assistência social do seu território” (SEDS, 2017. Grifo nosso).

Nos municípios que compõem a Drads Campinas, verificou-se a existência de 429 entidades privadas com o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) em situação ativa.

Tabela 23: Distribuição destas entidades privadas que executam serviços socioassistenciais por município

Município	Nº de entidades	Município	Nº de entidades
Águas de Lindóia	3	Jundiaí	45
Americana	17	Louveira	3
Amparo	15	Monte Mor	1
Artur Nogueira	9	Morungaba	1
Atibaia	10	Nazaré Paulista	1
Bom Jesus dos Perdões	3	Nova Odessa	4
Bragança Paulista	9	Paulínia	7
Cabreúva	4	Pedra Bela	1
Campinas	127	Pedreira	7
Campo Limpo Paulista	2	Pinhalzinho	3
Cosmópolis	8	Piracaia	3
Engenheiro Coelho	1	Santa Bárbara d'oeste	17
Holambra	1	Santo Antônio de Posse	3
Hortolândia	20	Serra Negra	8
Indaiatuba	22	Socorro	7
Itatiba	13	Sumaré	15
Itupeva	1	Valinhos	8
Jaguariúna	5	Várzea Paulista	7
Jarinu	3	Vinhedo	15
TOTAL: 429			

Fonte: Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social, MDS

É necessário mencionar que a base pública do CNEAS não dispõe a informação sobre a situação cadastral das entidades privadas que prestam serviços socioassistenciais. Desse modo, cruzou-se a base de dados do CNEAS com a base de dados da Receita Federal para verificar quais entidades estavam com seu CNPJ ativo. O cruzamento dessas bases possibilitou ainda identificar qual é a atividade econômica da entidade por meio de seu Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

Tabela 24: Distribuição de entidades privadas de acordo com a sua atividade econômica primária

Atividade Econômica Primária	Nº de entidades
Albergues assistenciais	12
Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares	1
Atividades associativas não especificadas anteriormente	13
Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares	2
Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente	5
Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente	8
Atividades de associações de defesa de direitos sociais	134
Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente	2
Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências	4
Atividades de centros de assistência psicossocial	1
Atividades de fisioterapia	2
Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	1
Atividades de organizações religiosas ou filosóficas	7
Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente	1
Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS	1
Clubes sociais, esportivos e similares	1
Educação infantil	30
Educação profissional de nível técnico	2
Ensino de música	1
Ensino fundamental	10
Instituições de longa permanência para idosos	30
Orfanatos	17
Serviços de assistência social sem alojamento	144
TOTAL: 429	

Fonte: Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social, MDS e Receita Federal. Elaboração própria.

No âmbito do presente projeto, é fundamental ressaltar a existência de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) na região. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) estabelece, por meio RDC nº 283/2005, normas de funcionamento para as estas Instituições. A Resolução define ILPIs como “instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinada a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade e dignidade e cidadania”. Conforme aponta o Conselho Nacional do Ministério Público (2016, p. 28),

a norma classifica as ILPI segundo complexidade de cuidados, e define as condições gerais de organização institucional baseada nos direitos dos idosos, incluindo recursos humanos, infraestrutura, processos operacionais, notificação compulsória, monitoramento e avaliação. Ainda, segundo esse Regulamento Técnico, toda ILPI deve elaborar um plano de trabalho, que contemple as atividades previstas naquele documento, e um Plano de Atenção Integral à Saúde dos residentes.

Na região da Drads Campinas, existem 30 entidades privadas que têm sua atividade econômica primária classificada como “Instituições de Longa Permanência para Idosos” (ILPIs), conforme quadro abaixo:

Tabela 25: Número de entidades privadas que possuem sua atividade econômica primária classificada como ILPI, por município

Município	Nº de ILPIs (atividade primária)	Município	Nº de ILPIs (atividade primária)
Águas de Lindóia	1	Monte Mor	1
Americana	2	Pedra Bela	1
Artur Nogueira	1	Pedreira	1
Atibaia	1	Pinhalzinho	1
Bom Jesus dos Perdões	1	Piracaia	1
Bragança Paulista	2	Santa Bárbara D'oeste	1
Campinas	5	Santo Antônio de Posse	1

Município	Nº de ILPIs (atividade primária)	Município	Nº de ILPIs (atividade primária)
Cosmópolis	1	Serra Negra	1
Indaiatuba	1	Socorro	1
Itatiba	1	Sumaré	1
Jundiaí	1	Valinhos	1
Louveira	1	Vinhedo	1
TOTAL: 30			

Fonte: Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social, MDS e Receita Federal. Elaboração própria.

É relevante apontar ainda a existência de entidades privadas que têm suas atividades econômicas secundárias também classificadas como ILPIs, conforme quadro abaixo:

Tabela 26: Número de entidades privadas que possuem sua atividade econômica secundária classificada como ILPI, por município

Município	Nº de ILPIs (atividade secundária)	Município	Nº de ILPIs
Amparo	1	Jundiaí	2
Campinas	3	Serra Negra	1
TOTAL: 7			

Fonte: Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social, MDS e Receita Federal. Elaboração própria.

Deste modo, a Drads Campinas conta com 37 ILPIs, que estão distribuídas por 25 (58%) municípios da região. Merece destaque que 92% destas Instituições (34 das 37) foram fundadas antes de 2005, ano em que a ANVISA publicou sua Resolução que estabelece normas para o funcionamento de ILPIs, conforme mencionado anteriormente.

Por fim, é importante pontuar que o número de equipamentos que prestam serviços de domicílio para idosos na região não está restrito ao número de ILPIs apontado anteriormente. Isso se dá por dois motivos, quais sejam: I) podem existir entidades que executam estes serviços, mas não estão cadastradas no CNEAS; e II) podem existir entidades que executam estes serviços, mas não possuem em suas atividades econômicas – tanto primárias quanto secundárias – a classificação de ILPI.

3. Caracterização de outras redes de atendimento

3.1. Educação

3.1.1. Educação de Jovens e Adultos (EJA)

No estado de São Paulo, em 2018, foram matriculados na EJA na rede pública 435.350 alunos, dos quais 12.669 possuem mais de 60 anos de idade, o que representa um percentual de 3% do total de matrículas nessa modalidade de ensino. Quanto aos alunos que possuem algum tipo de deficiência, no total foram matriculados 8.505 alunos, sendo que 155 (1,2%) possuem mais de 60 anos de idade.

Na região da Drads Campinas, um total de 34.446 alunos foram matriculados no EJA, o que representa um percentual de 8% das matrículas na rede pública no estado de São Paulo nessa modalidade. Vale ressaltar que não há nenhuma matrícula na rede privada da região.

Dentre esses alunos, 1.356 (3,9%) possuem 60 anos ou mais e 777 (2,3%) possuem algum tipo de deficiência. Dos 777 alunos com deficiência, 23 possuem 60 anos ou mais. Quanto ao tipo de deficiência destes 23 alunos, nove possuem deficiência física, cinco possuem deficiência intelectual, quatro possuem surdez, três possuem deficiência auditiva, um possui baixa visão e outro aluno possui deficiência múltipla.

É importante destacar ainda que a maioria dos alunos idosos está matriculada em escolas municipais das 43 cidades, 1.107 no total, outros 248 estão na rede estadual e apenas 1 na rede federal de ensino.

Os municípios que possuem maior número de pessoas idosas matriculadas são Campinas e Jundiaí, com 465 e 248 alunos, respectivamente. Somente os municípios de Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinhalzinho e Vargem não possuem nenhuma pessoa idosa matriculada nessa modalidade.

3.2. Saúde

3.2.1. Estratégia Saúde da Família

A Estratégia Saúde da Família (ESF) busca promover a qualidade de vida da população brasileira e intervir nos fatores que colocam a saúde em risco, como falta de atividade

física, má alimentação, uso de tabaco, dentre outros. Com atenção integral, equânime e contínua, a ESF se fortalece como a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Estratégia Saúde da Família (ESF) é composta por equipe multiprofissional que possui, no mínimo, médico generalista ou especialista em saúde da família ou médico de família e comunidade, enfermeiro generalista ou especialista em saúde da família, auxiliar ou técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde (ACS). O Agente Comunitário de Saúde tem um papel muito importante no acolhimento, pois é membro da equipe que faz parte da comunidade, o que permite a criação de vínculos mais facilmente, propiciando o contato direto com a equipe.

Entre as atividades básicas da ESF, está “conhecer a realidade das famílias pelas quais são responsáveis e identificar os problemas de saúde mais comuns e situações de risco aos quais a população está exposta”. Entre o público atendido, destaca-se a população idosa.

Assis & Castro-Silva (2018: 1), em pesquisa intitulada “Agente comunitário de saúde e o idoso: visita domiciliar e práticas de cuidado”, apontam que

a visita domiciliar envolveu dinâmicas de acolhimento e vínculo afetivo construídas cotidianamente, o que fortaleceu as práticas de atenção aos idosos no território, produzindo construções criativas e singulares de cuidado. O ACS ocupava um lugar afetivo-técnico importante na ESF, potencializando ações de promoção à saúde de idosos na comunidade, ainda contribuindo para o incremento de políticas públicas voltadas para essa população.

A importância da ESF para esta população é ressaltada pela Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Portaria do Ministério da Saúde, nº 2.528/2006). A Política tem entre as suas diretrizes a “incorporação, na atenção básica, de mecanismos que promovam a melhoria da qualidade e aumento da resolutividade da atenção à pessoa idosa, com envolvimento dos profissionais da atenção básica e das equipes do Saúde da Família [...]”.

Desse modo, é de extrema importância que os municípios da Drads Campinas tenham equipes da Estratégia Saúde da Família em seu território. Dados do sistema e-Gestor (Informação e Gestão da Atenção Básica), do Ministério da Saúde, evidenciam que 09 municípios não possuem nenhum Agente Comunitário de Saúde em seu território.

Tabela 27: Número de ACSs por município da Drads e grau de cobertura

MUNICÍPIO	Nº ACSs (REF. DEZ/2019)	% ESTIMADO DA POPULAÇÃO COBERTA
Monte Alegre Do Sul	15	100%
Monte Mor	83	81,21%
Socorro	54	76,39%
Amparo	90	72,18%
Jarinu	35	68,32%
Artur Nogueira	62	66,70%
Pedra Bela	7	66,26%
Holambra	16	63,10%
Engenheiro Coelho	22	62,36%
Lindóia	7	51,18%
Bragança Paulista	135	46,55%
Joanópolis	10	43,90%
Itatiba	87	42,01%
Pedreira	34	41,28%
Itupeva	41	39,52%
Cabreúva	29	34,05%
Serra Negra	15	29,74%
Campinas	603	29,04%
Cosmópolis	35	28,35%
Tuiuti	3	25,34%
Sumaré	107	22,09%
Águas De Lindóia	7	21,64%
Indaiatuba	87	20,26%
Santo Antônio De Posse	7	17,44%
Hortolândia	68	17,20%
Jundiaí	119	16,50%
Atibaia	36	14,64%
Várzea Paulista	29	13,83%

MUNICÍPIO	Nº ACSs (REF. DEZ/2019)	% ESTIMADO DA POPULAÇÃO COBERTA
Santa Bárbara D'oeste	35	10,45%
Jaguariúna	8	8,18%
Americana	22	5,34%
Louveira	4	4,82%
Nova Odessa	4	3,87%
Vinhedo	5	3,72%
Campo Limpo Paulista	4	2,75%
Bom Jesus Dos Perdões	0	0%
Morungaba	0	0%
Nazaré Paulista	0	0%
Paulínia	0	0%
Pinhalzinho	0	0%
Piracaia	0	0%
Valinhos	0	0%
Vargem	0	0%

Fonte: Ministério da Saúde (2019). Disponível em: <https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acessoPublico/relatorios/relHistoricoCoberturaACS.xhtml>

3.2.2. Estabelecimentos de saúde

Além dos Agentes Comunitários de Saúde, mostra-se importante mapear os estabelecimentos do Sistema Único de Saúde que estão no território dos 43 municípios que compõem a Drads Campinas. De acordo com o DATASUS, existem 982 estabelecimentos de saúde na região.

Apesar de todos os municípios possuírem estabelecimentos de saúde, a distribuição destes no território é bastante desigual, conforme o quadro abaixo:

Tabela 28: Estabelecimentos de saúde por município

Município	Número de estabelecimentos de saúde	% do total de estabelecimentos	População	% do total da população
Drads Campinas	982	100%	4.533.179	100%
Campinas	134	13,65%	1.167.192	25,75%
Jundiaí	77	7,84%	403.769	8,91%
Hortolândia	51	5,19%	226.426	4,99%
Bragança Paulista	49	4,99%	162.402	3,58%
Sumaré	43	4,38%	279.151	6,16%
Americana	37	3,77%	231.361	5,10%
Itatiba	36	3,67%	116.365	2,57%
Indaiatuba	35	3,56%	239.391	5,28%
Atibaia	33	3,36%	138.351	3,05%
Valinhos	32	3,26%	123.268	2,72%
Amparo	31	3,16%	69.291	1,53%
Santa Bárbara d'Oeste	30	3,05%	187.926	4,15%
Paulínia	27	2,75%	102.956	2,27%
Jaguariúna	27	2,75%	53.925	1,19%
Itupeva	23	2,34%	57.704	1,27%
Artur Nogueira	23	2,34%	51.846	1,14%
Várzea Paulista	21	2,14%	119.272	2,63%
Cosmópolis	20	2,04%	70.050	1,55%
Socorro	20	2,04%	38.595	0,85%
Campo Limpo Paulista	19	1,93%	81.979	1,81%
Vinhedo	19	1,93%	76.178	1,68%
Monte Mor	18	1,83%	58.508	1,29%
Cabreúva	17	1,73%	48.630	1,07%
Serra Negra	16	1,63%	27.347	0,60%

Município	Número de estabelecimentos de saúde	% do total de estabelecimentos	População	% do total da população
Santo Antônio de Posse	15	1,53%	22.635	0,50%
Pedreira	13	1,32%	46.081	1,02%
Louveira	11	1,12%	47.236	1,04%
Jarinu	11	1,12%	29.225	0,64%
Nova Odessa	10	1,02%	57.399	1,27%
Engenheiro Coelho	10	1,02%	20.077	0,44%
Morungaba	8	0,81%	13.101	0,29%
Águas de Lindóia	7	0,71%	18.268	0,40%
Pinhalzinho	7	0,71%	14.593	0,32%
Monte Alegre do Sul	7	0,71%	7.695	0,17%
Lindóia	7	0,71%	7.632	0,17%
Bom Jesus dos Perdões	6	0,61%	23.841	0,53%
Holambra	6	0,61%	14.194	0,31%
Piracaia	5	0,51%	26.167	0,58%
Nazaré Paulista	5	0,51%	18.242	0,40%
Tuiuti	5	0,51%	6.499	0,14%
Joanópolis	4	0,41%	12.583	0,28%
Pedra Bela	4	0,41%	5.947	0,13%
Vargem	3	0,31%	9.881	0,22%

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES e SEADE (2019). Elaboração própria.

Como pode ser observada na tabela acima, o tamanho da população opera um importante papel no número de estabelecimentos de saúde, mas pode-se notar a disparidade entre cidades em relação ao número de equipamentos e o tamanho populacional. Exemplo disso são as cidades de Piracaia - que possui a 29ª maior população, mas que tem o 38º maior número de estabelecimentos - e de Nova Odessa - que está na 20ª posição no ranking populacional, mas em 29º no ranking de número de estabelecimentos.

Essa disparidade no número de estabelecimentos de saúde também pode ser ilustrada pela seleção do estabelecimento que está mais presente no território da Drads Campinas e que presta importantes serviços para a população idosa com e sem deficiência: os Centros de Saúde/Unidades Básica de Saúde.

3.2.2.1. Unidades Básicas de Saúde/Centros de Saúde

De acordo com o Ministério da Saúde, estes estabelecimentos realizam atendimentos de atenção básica e integral à população, devendo conter em seus quadros de colaboradores profissionais de nível superior, como médicos generalistas ou especialistas.

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), aprovada pela Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, recomenda que em grandes centros urbanos deve-se obedecer ao parâmetro de uma UBS para no máximo 18 mil habitantes.

Na Drads Campinas, dois municípios não possuem Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde: Nazaré Paulista (18.242 habitantes) e Pinhalzinho (14.593 habitantes). Por outro lado, 37 dos 43 municípios possuem mais estabelecimentos do que o recomendado pela PNAB, sendo que 5 municípios têm 10 ou mais Centros de Saúde/Unidade Básica de Saúde: Amparo, Atibaia, Itatiba, Jundiaí e Bragança Paulista. A tabela abaixo ilustra este cenário:

Tabela 29: Número de Centros de Saúde/Unidade Básica de Saúde por município e recomendação da PNAB

Município	Número de Centros de Saúde/Unidade Básica de Saúde	Número recomendado pela PNAB
Drads Campinas	484	252
Campinas	66	65
Jundiaí	37	22
Bragança Paulista	29	9
Sumaré	24	16
Americana	22	13
Hortolândia	21	13
Itatiba	20	6
Atibaia	20	8

Município	Número de Centros de Saúde/Unidade Básica de Saúde	Número recomendado pela PNAB
Santa Bárbara d'Oeste	18	10
Indaiatuba	16	13
Amparo	14	4
Várzea Paulista	13	7
Valinhos	13	7
Artur Nogueira	12	3
Itupeva	12	3
Monte Mor	11	3
Serra Negra	10	2
Socorro	10	2
Jaguariúna	10	3
Cosmópolis	10	4
Paulínia	10	6
Pedreira	9	3
Cabreúva	9	3
Campo Limpo Paulista	8	5
Vinhedo	7	4
Santo Antônio de Posse	6	1
Louveira	6	3
Águas de Lindóia	5	1
Nova Odessa	5	3
Morungaba	4	1
Holambra	4	1
Engenheiro Coelho	4	1
Jarinu	4	2
Lindóia	3	0
Monte Alegre do Sul	3	0
Pedra Bela	2	0
Joanópolis	2	1

Município	Número de Centros de Saúde/Unidade Básica de Saúde	Número recomendado pela PNAB
Piracaia	2	1
Tuiuti	1	0
Vargem	1	1
Bom Jesus dos Perdões	1	1
Pinhalzinho	0	1
Nazaré Paulista	0	1

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES e SEADE (2019). Elaboração própria.

Os dados evidenciam que a recomendação da Política Nacional de Atenção Básica é respeitada por 86% dos municípios da Drads e que a região possui um número muito superior ao recomendado pela Portaria nº 2.488/2011. No entanto, os dados também demonstram que apesar desta alta aderência à recomendação da PNAB, observa-se a disparidade em relação ao número de equipamentos por município.

3.3. Esporte, cultura e lazer

Nesta seção, compreendendo o envolvimento em atividades estimulantes como um dos fatores centrais para o bem-estar de idosos com e sem deficiência⁶, buscou-se mapear políticas federais, estaduais e municipais executadas nos municípios da Drads Campinas voltadas à promoção de lazer, cultura e esporte para a população idosa com e sem deficiência.

3.3.1. Políticas Federais

Dentre as políticas federais executadas em municípios da Drads Campinas, destaca-se o Programa Vida Saudável que “visa oportunizar a prática de exercícios físicos, atividades culturais e de lazer para o cidadão idoso, estimulando a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direitos de todos.”

6. Na publicação “Envelhecimento e deficiência: uma revisão da literatura”, produzida no âmbito do presente projeto, destaca-se “De fato, a autonomia, o envolvimento em atividades estimulantes e o entusiasmo oriundo da aprendizagem foram fatores destacados em grande parte da literatura, considerados recorrentemente por idosos com ou sem deficiência e/ou perda de funcionalidade como centrais para seu bem-estar (FILHO ET. AL, 2014).” Disponível em: <http://maisdiferencas.org.br/noticias-projeto/envelhecimento-e-deficiencia-nova-publicacao-disponivel/>

Em atuação conjunta com a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (EBAPI), abordada na Seção 4.5, o Programa Vida Saudável oferece capacitações técnicas e pedagógicas e kits de materiais para atividades físicas, culturais e de lazer. No final de 2019, dois dos quatro municípios da Drads Campinas que aderiram à EBAPI receberam kits para a implementação de um núcleo recreativo: Nazaré Paulista recebeu 3 kits e Morungaba recebeu 4 kits.

Outra política federal de cultura e esporte executada em municípios da Drads Campinas é o Projeto Sinais que oferece “atividades culturais, esportivas e de cidadania voltadas às pessoas com deficiência auditiva”. Essas atividades, portanto, não são voltadas exclusivamente à população idosa, mas podem beneficiar a população idosa com deficiência auditiva, que enfrenta uma dupla vulnerabilidade.

Dos 43 municípios da Drads Campinas, quatro têm operações relativas às chamadas Estações Cidadania, equipamentos executores do Projetos Sinais: Indaiatuba e Santa Bárbara d’Oeste possuem operações inauguradas, enquanto Sumaré e Hortolândia possuem operações atrasadas.

Por fim, vale ressaltar que nenhum dos municípios da Drads Campinas participam do Programa Viver – Envelhecimento Ativo e Saudável, coordenado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que “tem como foco inserir a pessoa idosa no contexto atual da ampliação das habilidades necessárias à qualidade de vida para um Envelhecimento Ativo e Saudável” e busca “ser referência no processo de otimização de oportunidades para inclusão digital e social assegurando a participação da pessoa idosa para elevar a qualidade de vida.”

3.3.2. Políticas Estaduais

No âmbito estadual, destaca-se o macroprograma intersetorial do estado, SP Amigo do Idoso, coordenado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. Além do Selo Amigo do Idoso, abordado na Seção 4.3, o macroprograma envolve ações voltadas ao lazer, esporte e cultura, tais como o programa VidAtiva, os Jogos Regionais do Idoso e o Melhor Viagem.

O Programa VidAtiva é coordenado pela Secretaria Estadual de Esportes e visa auxiliar o acesso à atividade física pela população idosa de baixa renda e vulnerabilidade social ou que tenha prescrição médica indicando a prática de atividade física como medida preventiva ou curativa. Para isso, o Programa oferece um cartão magnético com o valor de R\$ 57 mensais exclusivos para o pagamento de academias e clubes.

Todavia, não foi possível identificar quais municípios executam tal programa. A lacuna de informações ocorre também em relação aos Jogos Regionais do Idoso, competição anual entre delegações de idosos de diversas modalidades; e ao Melhor Viagem, que busca viabilizar a grupos da terceira idade a realização de uma viagem para destinos turísticos do Estado ao longo de um dia.

Para além dos programas englobados no macroprograma SP Amigo do Idoso, o Projeto Academia ao Ar Livre é uma política estadual que, apesar de não ser voltada exclusivamente à população idosa, tem esse público como um dos beneficiários mais recorrentes.

O Projeto Academia ao Ar permite a aquisição pelos municípios de equipamentos de academia para serem instalados em locais públicos dessas cidades. Em abril de 2019, 17 municípios da Drads Campinas haviam aderido ao Projeto: Amparo; Bom Jesus dos Perdões; Bragança Paulista; Holambra; Jaguariúna; Jarinu; Joanópolis; Monte Alegre do Sul; Morungaba; Nazaré Paulista; Nova Odessa; Pedreira; Pinhalzinho; Piracaia; Serra Negra; Tuiuti; e Vargem.

Vale ressaltar que, apesar da população idosa recorrentemente utilizar esse tipo de equipamento, não existem dados disponíveis mensurando a quantidade e frequência desses usuários

Por fim, evidencia-se o programa estadual Academias Adaptadas, iniciativa coordenada pela Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa Com Deficiência, que oferece aparelhos de musculação inclusivos para pessoas com deficiência. Mais uma vez, apesar de não serem voltadas exclusivamente à população idosa, esses equipamentos podem beneficiar idosos com deficiência. Na Drads Campinas, 17 municípios possuem Academias Adaptadas: Águas de Lindóia; Bom Jesus dos Perdões; Bragança Paulista; Campinas; Campo Limpo Paulista; Jaguariúna; Jarinu; Louveira; Monte Mor; Morungaba; Nova Odessa; Pinhalzinho; Piracaia; Santa Bárbara d'Oeste; Santo Antônio de Posse; Socorro; e Tuiuti.

3.3.3. Políticas Municipais

No âmbito municipal, o mapeamento de políticas de esporte, cultura e lazer voltadas à população idosa com e sem deficiência deu-se por meio do levantamento de notícias disponíveis nos portais eletrônicos das prefeituras dos municípios da Drads Campinas.

Neste levantamento, destacam-se as notícias sobre Centros de Convivência voltados à população idosa e desvinculados do programa estadual SP Amigo do Idoso. Ao todo, 22 municípios têm notícias sobre esses equipamentos municipais, que oferecem uma gama variada de atividades sociais, esportivas, culturais e de lazer.

Tabela 30: Notícias sobre Centros de Convivência para Idosos municipais disponíveis nos portais eletrônicos das prefeituras

Município	Notícia
Americana	<u>Centro de Integração e Valorização do Idoso.</u>
Atibaia	<u>Centro de Convivência da Terceira Idade.</u>
Bragança Paulista	<u>Centro de Convivência do Idoso</u>
Campo Limpo Paulista	<u>Centro de Convivência do Idoso</u>
Cosmópolis	<u>Clube da Terceira Idade: oferece passeios e atividades de integração e lazer aos participantes.</u>
Engenheiro Coelho	<u>Centro de Convivência do Idoso</u>
Hortolândia	<u>Centro de Convivência da Melhor Idade (2 unidades)</u>
Indaiatuba	<u>Espaço Bem Viver: atividades de lazer, esportes, educação, informática, oficinas culturais, artesanato e culinária para pessoas acima de 55 anos</u>
Itatiba	<u>Centro de Convivência do Idoso</u>
Itupeva	<u>Centro de Convivência do Idoso</u>
Jarinu	<u>Centro de Convivência do Idoso</u>
Jundiaí	<u>Centro de Convivência do Idoso</u>
Louveira	<u>Centro de Convivência do Idoso</u>
Monte Alegre do Sul	<u>Sede da Terceira Idade: sede dos grupos da terceira idade do município</u>
Morungaba	<u>Centro de Convivência do Idoso</u>
Nova Odessa	<u>Clube da Melhor Idade: centro de realização de diversas atividades esportivas e de lazer.</u>
Paulínia	<u>Centro de Convivência da Melhor Idade.</u>
Pedreira	<u>Núcleo de Convivência de Idosos</u>
Serra Negra	<u>Centro de Convivência da Melhor Idade.</u>
Sumaré	<u>Centro de Convivência da Terceira Idade</u>
Valinhos	<u>Programa de Atendimento ao Idoso: oferece atividades culturais, artísticas, físicas, de prática desportiva, lazer e recreação em diversos bairros.</u>
Várzea Paulista	<u>Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.</u>
Vinhedo	<u>Grupos Bem Viver da Terceira Idade: núcleos de promoção de oficinas de artes e música, atividades esportivas, ações de convívio e eventos culturais.</u>

Fonte: Portais eletrônicos das prefeituras. Elaboração própria

Por fim, para além dos Centros de Convivência, destacam-se outros programas e projetos voltados à promoção do esporte, cultura e lazer para população idosa em 9 municípios da Drads Campinas: Artur Nogueira, Campinas, Indaiatuba, Jaguariúna, Jundiaí, Nova Odessa, Piracaia e Santa Bárbara D'Oeste.

Tabela 31: Programas municipais de esporte, cultura e lazer voltados para a população idosa

Município	Programas municipais
Artur Nogueira	<u>Programa Vôlei na Melhor Idade: aulas de vôlei para maiores de 50 anos.</u>
Campinas	<u>Coordenadoria de Eventos Esportivos promove atividades recorrentes voltadas para a população idosa.</u>
Campinas	<u>Coordenadoria Setorial de Esporte de Participação: Projeto Campinas Especial e Projeto Melhor Idade, promovem atividades esportivas e de lazer para pessoas com deficiência e pessoas idosas.</u>
Indaiatuba	<u>Programa de Atendimento à Terceira Idade: Praça do Idoso e Projeto Movimentando promovem prática de exercício físico para população idosa; Gincana Cultura promove apresentações de dança, canto e teatro.</u>
Jaguariúna	<u>PROATIV+: oferece diversas modalidades de atividades físicas para pessoas idosas.</u>
Jaguariúna	<u>Programa Viva Melhor: oferece diversas modalidades esportivas para pessoas idosas.</u>
Jundiaí	<u>Programa de Esporte e Atividades Motoras Adaptadas</u>
Nova Odessa	<u>Programa da Melhor Idade: Projeto Habilidosos, Caratê Feliz Idade e Academia Melhor Idade promovem a prática de esporte para população idosa; Coral Feliz Idade e Dança de Salão promovem atividades culturais e Nos Caminhos de Nova Odessa promove atividades de lazer</u>
Piracaia	<u>Centro Esportivo Municipal: oferece atividades voltadas para população idosa.</u>
Santa Bárbara d'Oeste	<u>Programa Vida Ativa: oferece atividades esportivas voltadas para maiores de 55 anos.</u>

Fonte: Portais eletrônicos das prefeituras. Elaboração própria

4. Gestão municipal

Neste capítulo, foram levantadas informações a respeito dos orçamentos municipais voltadas à população idosa e com deficiência; dos Conselhos Municipais - mecanismos que garantem a participação da sociedade civil nas políticas públicas - voltadas à população idosa e com deficiência; das ações que reconhecem as boas práticas inclusivas dos municípios voltadas a este público em específico; e dos desafios apontados pelas gestões municipais no que diz respeito ao atendimento deste público na Assistência Social.

4.1. Orçamentos municipais

Conforme apontado anteriormente na publicação “Envelhecimento e deficiência: uma revisão da literatura” (MAIS DIFERENÇAS, 2019: 43), produzida no âmbito do presente projeto,

[...] é importante garantir recursos financeiros para a execução de políticas e programas. Como mencionado anteriormente, “o acelerado processo de envelhecimento está ocorrendo em meio a uma conjuntura recessiva e a uma crise fiscal que dificultam a expansão do sistema de proteção social” (CAMARANO & PASINATO, 2004, p. 253). Portanto, uma diretriz importante é a institucionalização de linhas orçamentárias específicas - e a efetiva garantia de recursos a estas linhas - para o desenvolvimento de programas e políticas para pessoas idosas (com deficiências congênitas ou adquiridas).

Desse modo, objetivando compreender como os 43 municípios que compõem a Drads Campinas executam projetos e ações voltados à população idosa e às pessoas com deficiência, analisou-se preliminarmente os orçamentos municipais⁷.

Para tanto, utilizou-se o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Plano Plurianual (PPA) municipais. O Relatório auxilia na compreensão da situação fiscal do município, com dados sobre a execução orçamentária da receita e da despesa. A publicação do RREO é exigência da Constituição Federal (CF/88), em seu artigo 165 e as normas

7. Ressalta-se que esta é uma análise preliminar das realidades municipais sobre os projetos e ações voltados à população idosa ou às pessoas com deficiência, uma vez que os documentos orçamentários – como a RREO e o PPA – não compreendem em sua plenitude o que vem sendo desempenhado pelas municipalidades nessas áreas, principalmente no que diz respeito a ações transversais.

para sua elaboração e publicação foram estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF, Lei Complementar nº 101 de 4 de Maio de 2000). O PPA também é uma obrigação prevista no artigo 165 da CF/88 e por meio dele é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas. Deve-se ressaltar que o PPA tem como base os compromissos firmados na eleição.

4.1.1. Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)

Utilizou-se os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do ano de 2018, uma vez que nem todos os municípios haviam disponibilizados as informações do exercício de 2019 (o que fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, que obriga a municipalidade a publicar o Relatório em até dois meses após o encerramento do bimestre fiscal).

A análise da RREO revelou que os 36 municípios da Drads Campinas em que foi possível encontrar informações gastaram entre 1,54% e 6,52% de seus respectivos orçamentos com a função⁸ “assistência social”. O quadro abaixo elenca os municípios de acordo com as despesas dessa função:

Tabela 32: Despesas liquidadas na função “assistência social” em relação ao orçamento total do município

% ASSISTÊNCIA SOCIAL	MUNICÍPIOS	TOTAL
6-6,99% do orçamento municipal	Pinhalzinho	1
5-5,99% do orçamento municipal	Pedra Bela e Nova Odessa	2
4-4,99% do orçamento municipal	Bom Jesus dos Perdões, Engenheiro Coelho, Sumaré, e Itatiba	4
3-3,99% do orçamento municipal	Bragança Paulista, Amparo, Socorro, Santa Bárbara d'Oeste, Campinas, Jaguariúna, Paulínia, Atibaia, Nazaré Paulista, Santo Antônio de Posse, Águas de Lindóia, Piracaia, e Pedreira	13

8. No orçamento público, a despesa é classificada de diversas maneiras (classificação funcional, classificação institucional, classificação por natureza, classificação por fonte de recursos e outras). A classificação funcional (por funções e subfunções) – utilizada nesta análise – serve como um agregador dos gastos do governo, evidenciando a programação a partir de grandes áreas de atuação governamental. Este classificador permite a consolidação dos gastos do setor público. Nesse mesmo sentido, pode-se formular estatísticas que evidenciem as linhas gerais na destinação dos recursos públicos para determinadas áreas. Para saber mais: <<http://bit.ly/2W9QDiJ>>

% ASSISTÊNCIA SOCIAL	MUNICÍPIOS	TOTAL
2-2,99% do orçamento municipal	Jarinu, Indaiatuba, Vargem, Jundiá, Hortolândia, Artur Nogueira, Morungaba, Americana, Valinhos, Campo Limpo Paulista, Vinhedo, Tuiuti, Itupeva, e Monte Alegre do Sul	14
1-1,99% do orçamento municipal	Cosmópolis, Lindóia, e Holambra	3
S/ INFO	Várzea Paulista, Joanópolis, Monte Mor, Louveira, Serra Negra, Cabreúva	6
TOTAL		43

Fonte: Portais da transparência municipais e diários oficiais eletrônicos.

4.1.1.1. Assistência ao idoso

A análise do RREO revelou que dos 36 municípios que compõem a Drads Campinas que foi possível encontrar informações, 05 não possuem a subfunção orçamentária de “assistência ao idoso” dentro da função Assistência Social. Além disso, evidenciou que outros 05 municípios possuem tal subfunção, mas não destinaram recursos para esta no ano de 2018. O quadro abaixo ilustra essas informações:

Tabela 33: Despesas liquidadas na subfunção “assistência ao idoso” em relação ao orçamento total da função “assistência social”

% ASSISTÊNCIA AO IDOSO	MUNICÍPIOS	TOTAL
Acima de 20% do orçamento da Assistência Social	Artur Nogueira, Bom Jesus dos Perdões e Pedra Bela	3
De 11% a 20,99% do orçamento da Assistência Social	Atibaia e Bragança Paulista	2
De 6% à 10,99% do orçamento da Assistência Social	Cosmópolis, Pinhalzinho e Pedreira	3
De 1% a 5,99% do orçamento da Assistência Social	Jarinu, Holambra, Amparo, Valinhos, Piracaia, Monte Alegre do Sul, Socorro, Campinas, Sumaré e Campo Limpo Paulista	10
Abaixo de 1% do orçamento da Assistência Social	Morungaba, Indaiatuba, Americana, Vargem, Jaguariúna, Paulínia, Jundiá, Itupeva e Itatiba	9

% ASSISTÊNCIA AO IDOSO	MUNICÍPIOS	TOTAL
0% do orçamento da Assistência Social	Hortolândia, Vinhedo, Tuiuti e Nazaré Paulista	4
Não possui subfunção de assistência ao idoso	Lindóia, Santo Antônio de Posse, Águas de Lindóia, Engenheiro Coelho e Nova Odessa	5
S/INFO	Joanópolis, Monte Mor, Santa Bárbara d'Oeste, Louveira, Serra Negra, Cabreúva e Várzea Paulista	7
TOTAL		43

Fonte: Portais da transparência municipais e diários oficiais eletrônicos.

A análise do RREO de cada município também possibilitou aferir o gasto municipal per capita com a população idosa⁹. Deve-se ressaltar que a população idosa pode ainda ser alvo de gastos públicos que não estão alocados na subfunção “Assistência ao idoso”, mas é importante ilustrar o quanto o orçamento desta subfunção representa frente a população idosa do município.

Tabela 34: Despesas liquidadas na subfunção “assistência ao idoso” em relação ao número de pessoas idosas residentes no município

MUNICÍPIOS	DESPESA NA SUBFUNÇÃO	POPULAÇÃO IDOSA (2018)	GASTO PER CAPTA EM 2018
Pedra Bela	R\$ 286.200,00	1.092	R\$ 262,09
Bom Jesus dos Perdões	R\$ 648.763,00	2.789	R\$ 232,61
Artur Nogueira	R\$ 741.700,54	6.214	R\$ 119,36
Atibaia	R\$ 1.974.857,26	20.533	R\$ 96,18
Pedreira	R\$ 598.000,00	6.531	R\$ 91,56
Pinhalzinho	R\$ 211.600,40	2.692	R\$ 78,60
Bragança Paulista	R\$ 1.669.168,41	24.202	R\$ 68,97
Sumaré	R\$ 1.072.800,00	31.309	R\$ 34,26
Campinas	R\$ 5.271.775,09	179.174	R\$ 29,42
Piracaia	R\$ 100.000,00	4.164	R\$ 24,02
Campo Limpo Paulista	R\$ 225.323,66	10.296	R\$ 21,88

9. Fórmula para o cálculo: total de despesas liquidadas na subfunção assistência ao idoso dividido pelo número de pessoas com 60 anos ou mais. Os dados do orçamento e da população correspondem ao ano de 2018.

MUNICÍPIOS	DESPESA NA SUBFUNÇÃO	POPULAÇÃO IDOSA (2018)	GASTO PER CAPTA EM 2018
Cosmópolis	R\$ 170.905,21	8.002	R\$ 21,36
Valinhos	R\$ 315.191,56	18.430	R\$ 17,10
Amparo	R\$ 194.466,56	11.953	R\$ 16,27
Socorro	R\$ 108.084,93	7.593	R\$ 14,23
Jarinu	R\$ 37.100,00	3.687	R\$ 10,06
Holambra	R\$ 16.611,87	1.673	R\$ 9,93
Paulínia	R\$ 108.200,00	11.328	R\$ 9,55
Itupeva	R\$ 49.066,68	5.749	R\$ 8,53
Itatiba	R\$ 129.678,00	15.922	R\$ 8,14
Monte Alegre do Sul	R\$ 8.175,09	1.389	R\$ 5,89
Jundiaí	R\$ 268.708,50	64.960	R\$ 4,14
Jaguariúna	R\$ 26.855,41	6.730	R\$ 3,99
Vargem	R\$ 1.000,00	1.647	R\$ 0,61
Americana	R\$ 6.000,00	37.031	R\$ 0,16
Indaiatuba	R\$ 4.545,14	30.920	R\$ 0,15
Morungaba	R\$ 157,15	1.805	R\$ 0,09
Hortolândia	R\$ 0,00	23.270	R\$ 0,00
Vinhedo	R\$ 0,00	10.604	R\$ 0,00
Tuiuti	R\$ 0,00	1.268	R\$ 0,00
Nazaré Paulista	R\$ 0,00	2.809	R\$ 0,00
Santa Bárbara d'Oeste, Várzea Paulista, Joanópolis, Monte Mor, Louveira, Serra Negra e Cabreúva	S/INFO	35.371*	S/INFO
Lindóia, Santo Antônio de Posse, Águas de Lindóia, Engenheiro Coelho e Nova Odessa	Não possui a subfunção	16.962*	Não possui a subfunção

Fonte: Portais da transparência municipais e diários oficiais eletrônicos e Seade.

* Soma da população idosa dos municípios os quais não foram encontradas informações ou não possuem a subfunção

4.1.1.2. Assistência à pessoa com deficiência

A análise do RREO revelou que dos 36 municípios que compõem a Drads Campinas que foi possível localizar as informações, 17 (47%) não possuem a subfunção orçamentária de “assistência ao portador com deficiência”¹⁰. Além disso, evidenciou que outros 06 municípios possuem tal subfunção, mas não destinaram recursos para esta no ano de 2018.

Tabela 35: Despesas liquidadas na subfunção “assistência à pessoa com deficiência” em relação ao orçamento total da função “assistência social”

% ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	MUNICÍPIOS	TOTAL
De 11% a 15,99% do orçamento da Assistência Social	Jarinu	1
De 6% à 10,99% do orçamento da Assistência Social	Pinhalzinho e Holambra	2
De 1% a 5,99% do orçamento da Assistência Social	Campinas, Atibaia, Valinhos, Bragança Paulista, Indaiatuba, Campo Limpo Paulista, Piracaia ¹¹ e Sumaré	8
Abaixo de 1% do orçamento da Assistência Social	Itatiba e Pedra Bela	2
0% do orçamento da Assistência Social	Bom Jesus dos Perdões, Cosmópolis, Socorro, Itupeva, Vinhedo e Tuiuti	6
Não possui subfunção de assistência à pessoa com deficiência	Lindóia, Artur Nogueira, Pedreira, Amparo, Paulínia, Monte Alegre do Sul, Jundiá, Jaguariúna, Vargem, Santo Antônio de Posse, Águas de Lindóia, Americana, Morungaba, Hortolândia, Engenheiro Coelho, Nova Odessa e Nazaré Paulista	17
S/INFO	Santa Bárbara d'Oeste, Várzea Paulista, Joanópolis, Monte Mor, Louveira, Serra Negra e Cabreúva	7
TOTAL		43

Fonte: Portais da transparência municipais e diários oficiais eletrônicos.

10. O termo utilizado na classificação orçamentária para as pessoas com deficiência nos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária é “assistência ao portador de deficiência”. Neste relatório, optamos por utilizar a terminologia atual, em consonância com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006).

11. O município de Piracaia aloca a subfunção de “assistência ao portador com deficiência” na função “saúde” e não na “assistência social” como os demais. Das despesas da função “saúde”, 4% foram liquidadas na subfunção “assistência ao portador com deficiência”.

4.1.2. Plano Plurianual (PPA)

O PPA 2018-2021 estabelece os programas prioritários para as gestões municipais, os quais irão guiar as ações do governo neste período. A análise deste documento que compõe o ciclo orçamentário possibilitou observar que 10 municípios não tinham previsão em seu orçamento para o quadriênio para programas ou ações voltadas à população idosa ou pessoa com deficiência, quais sejam: Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Jundiaí, Monte Alegre do Sul, Morungaba, Nazaré Paulista, Nova Odessa, Valinhos e Várzea Paulista.

Vale mencionar que este levantamento considera programas e ações específicos, ou seja, não elenca programas e ações que são considerados “guarda-chuva”. Desse modo, previsões orçamentárias muito gerais – como, por exemplo, “promoção do atendimento às famílias ou indivíduos que enfrentam adversidades, para garantia dos seus direitos com envolvimento do Conselho Municipal de Assistência Social, atendimento e orientação das famílias carentes e fortalecimento dos grupos de idosos com desenvolvimento de atividades de recreação” (Morungaba). Além disso, por não ser o foco do Projeto, não foi considerado as previsões orçamentárias voltadas para a Educação Especial.

Além destes municípios nos quais não foram localizados programas ou ações voltadas especificamente à população idosa ou à pessoa com deficiência, vale ressaltar que em outros 08 municípios não foi possível obter informações, seja porque a lei que institui o PPA estava sem os seus respectivos anexos, seja porque o portal da transparência estava fora do ar ou não continha o Plano. Estes municípios são: Cabreúva, Engenheiro Coelho, Itupeva, Jaguariúna, Pedreira, Piracaia, Santo Antônio de Posse e Vargem.

Desse modo, o quadro abaixo elenca os 25 municípios que possuem tais programas e ações específicas voltadas à população idosa ou a pessoa com deficiência e a representatividade disto nas previsões orçamentárias do quadriênio 2018-2021.

Tabela 36: % das receitas previstas (2018-2021) destinado aos programas ou ações específicas à população idosa ou pessoa com deficiência em relação às receitas municipais previstas (2018-2021)

Municípios	% das receitas previstas (2018-2021) destinado aos programas ou ações específicas à população idosa ou pessoa com deficiência	Receitas municipais previstas (2018-2021)
Pedra Bela	2,49%	R\$ 93.231.207,31
Pinhalzinho	1,79%	R\$ 146.520.000,00
Vinhedo	0,99%	R\$ 1.825.265.481,83
Sumaré	0,77%	R\$ 3.199.581.900,00
Louveira	0,74%	R\$ 2.104.846.216,00
Socorro	0,58%	R\$ 409.000.000,00
Bragança Paulista	0,52%	R\$ 1.945.187.986,00
Jarinu	0,34%	R\$ 475.532.415,20
Atibaia	0,33%	R\$ 2.329.376.100,00
Tuiuti	0,20%	R\$ 88.781.105,00
Bom Jesus dos Perdões	0,20%	R\$ 300.453.275,00
Águas de Lindóia	0,16%	R\$ 328.000.000,00
Campo Limpo Paulista	0,16%	R\$ 829.832.381,95 ¹²
Paulínia	0,15%	R\$ 6.391.320.000,00
Joanópolis	0,14%	R\$ 181.173.694,00
Holambra	0,11%	R\$ 397.484.164,76
Monte Mor	0,10%	R\$ 876.724.957,40
Indaiatuba	0,05%	R\$ 4.318.194.000,00
Itatiba	0,04%	R\$ 1.670.602.000,00
Santa Bárbara d'Oeste	0,02%	R\$ 2.034.635.800,00
Hortolândia	0,02%	R\$ 3.282.000.000,00

Fonte: Portais da transparência municipais¹²

12. Não foi possível localizar a previsão de receitas municipais para este município. Este valor foi retirado de uma notícia do portal oficial da Prefeitura, disponível em: <http://bit.ly/2UPiYKO>. Acesso em 20 de fev. de 2020

Municípios	% das receitas previstas (2018-2021) destinado aos programas ou ações específicas à população idosa ou pessoa com deficiência	Receitas municipais previstas (2018-2021)
Serra Negra	0,02%	R\$ 440.528.213,00
Amparo	0,01%	R\$ 1.085.467.553,58
Lindóia	0,0042%	R\$ 136.233.759,53
Americana	0,0006%	R\$ 3.482.419.200,00

Fonte: Portais da transparência municipais

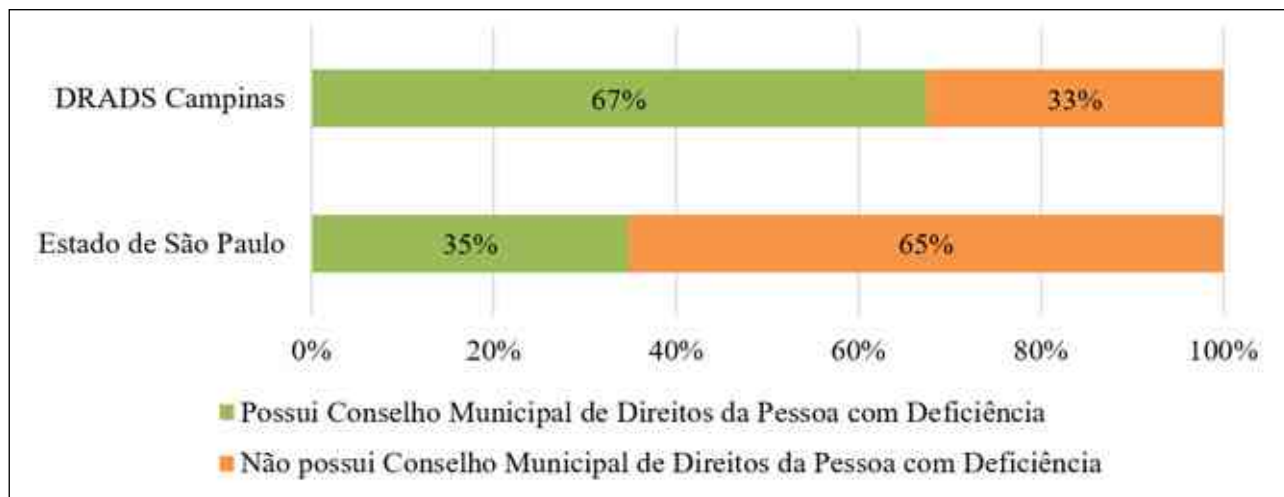
4.2. Conselhos dos direitos das pessoas com deficiência e dos idosos

A maioria dos municípios da Drads de Campinas possuem conselho municipal dos direitos dos idosos, exceto Lindóia e Monte Alegre do Sul. Em comparação com o estado de São Paulo, o percentual de municípios que possuem um conselho municipal dos direitos dos Idosos é muito semelhante, 94% no estado e 95% na região da Drads Campinas. Destaca-se que os Conselhos Municipais do Idoso na Drads de Campinas foram criados, majoritariamente a partir dos anos de 2000 (30 dos 40 municípios com lei de criação). Importa destacar também que a criação do Selo Amigo do Idoso não foi indutora para a instituição dos Conselhos Municipais, uma vez que dos 41 Conselhos Municipais, apenas 9 foram constituídos após 2012, ano de criação do Selo. Na região, a cidade de Cosmópolis foi a primeira a instituir o órgão – instituído no ano de 1991 –, enquanto os municípios de Artur Nogueira e Holambra foram os últimos a instituir o órgão – ambos em 2015. Por fim, outro ponto importante que as legislações que criam os Conselhos Municipais do Idoso nas cidades que compõem a Drads Campinas é a área na administração municipal na qual o órgão está vinculado. Em 32 Prefeituras, o Conselho Municipal está vinculado aos órgãos da área Social. O segundo órgão em que se encontram vinculados os Conselhos é o Gabinete do Prefeito – em 06 casos.

Em relação aos conselhos municipais de direitos da pessoa com deficiência, a lista de municípios que não possuem essa instância é maior, sendo 14 no total. Estes municípios são: Americana, Artur Nogueira, Campo Limpo Paulista, Engenheiro Coelho, Holambra, Jarinu, Joanópolis, Lindóia, Louveira, Monte Alegre do Sul, Nazaré Paulista, Pinhalzinho, Piracaia e Serra Negra. Em relação ao percentual de municípios que possuem conselhos municipais de direitos da pessoa com deficiência, há uma diferença significativa entre os municípios que compõem a região da Drads Campinas e a média geral do Estado. Na

Drads Campinas, 67% possuem esse tipo de conselho, enquanto no estado de São Paulo este percentual é de 35%. Nesse sentido, é possível observar que a região da Drads de Campinas está mais avançada em relação a este aspecto no contexto do estado, como pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 2: Percentual de municípios que possuem ou não conselho municipal dos direitos das pessoas com deficiência



Fonte: Censo SUAS 2018 - Secretaria Nacional de Assistência Social

Dentre os 29 municípios que possuem Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o primeiro a aprovar uma legislação nesse sentido foram os municípios de Indaiatuba e Santa Bárbara d'Oeste – ambos em 1997 –, enquanto o último município a instituir o órgão foi Águas de Lindóia – em 2018. Um destaque importante é que no município de Amparo um dos conselheiros do conselho dos direitos da pessoa com deficiência deve ser do Conselho Municipal do Idoso.

4.3. Selo Amigo do Idoso

Instituído pelo Decreto nº 58.047/2012, o Selo SP Amigo do Idoso certifica os municípios paulistas, órgãos da administração direta e indireta, entidades públicas e privadas, de acordo com boas práticas públicas voltadas a pessoas idosas. O Selo possui três classificações, o Selo Inicial, Intermediário e Pleno, os quais estão elencados com as suas respectivas exigências (ver tabela no ANEXO III).

Os municípios são certificados após apresentarem informações e documentações comprobatórias da realização das ações exigidas para cada classificação do Selo. As comprovações são validadas pelo interlocutor da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (Drads) e pela Comissão Intersecretarial do Programa São

Paulo Amigo do Idoso. Após essa etapa de verificação e validação, o município recebe o respectivo Selo.

O quadro abaixo elenca os nove municípios da Drads de Campinas que já possuem o Selo Amigo do Idoso. Destaca-se que o município de Pedreira é o único município desta Drads a obter a certificação de Selo Pleno, enquanto os demais elencados no quadro obtiveram o Selo Inicial. Importa salientar que em todo estado de São Paulo, apenas 2 municípios possuem o Selo Pleno – além de Pedreira, Ribeirão Grande (Drads Itapeva) é certificado com esta classificação.

Tabela 37: Municípios com certificação do Selo Amigo do Idoso

Municípios com certificação do Selo Amigo do Idoso	
Americana	Jaguariúna
Atibaia	Jundiaí
Campinas	Nova Odessa
Itatiba	Pedreira (Selo Pleno)
Itupeva	

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (<http://bit.ly/2T30MA1>).

Este quadro elucida que 34 municípios da Drads de Campinas não possuem qualquer certificação do Selo Amigo do Idoso.

4.4. Prêmio Ações Inclusivas

O Prêmio Ações Inclusivas é uma iniciativa da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a qual objetiva identificar e premiar as melhores práticas voltadas à inclusão de pessoas com deficiência no Estado. Participam ações dos municípios do Estado de São Paulo inscritas por organizações sem fins lucrativos ou órgãos públicos, municipais e estaduais, com atuação no Estado de São Paulo. De 2010 a 2017, 150 organizações conquistaram a classificação como finalistas.

Entre os municípios que compõem a Drads Campinas, seis foram contemplados com o Prêmio Ações Inclusivas, seja com iniciativas de órgãos públicos ou de organizações sociais. O quadro a seguir traz informações sobre os municípios premiados:

Tabela 38: Municípios contemplados com o Prêmio Ações Inclusivas

Município	Ano	Ação premiada	Categoria
Campinas	2012	Laboratório de acessibilidade - Biblioteca Central Cesar Lattes	Setor Público
	2017	Central de Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (UNICAMP)	Setor Público
Hortolândia	2010	Setor de Políticas para Pessoa com Deficiência	Setor Público
Itatiba	2010	Programa de Educação Inclusiva, Educando e Aprendendo na Diversidade	Setor Público
Jundiaí	2015	PEAMA - Programa de Esportes e Atividades Motoras Adaptadas	Setor Público
		Libras pela Inclusão do Surdo (Associação Terapêutica de Estimulação Auditiva e Linguagem - ATEAL)	Organização Social
Santa Bárbara d'Oeste	2017	Associação de Monitoramento dos Autistas Incluídos em Santa Bárbara D'Oeste - AMAI	Organização Social
Socorro	2010	Socorro Acessível	Setor Público

Fonte: Secretaria de Estado dos Direitos das Pessoas com Deficiência (<http://bit.ly/2TlrOm0>)

4.5. Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa

A Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa foi instituída pelo Decreto presidencial nº9.328, de 3 de abril de 2018. É coordenada pelo Ministério da Cidadania e se constitui como um “conjunto de iniciativas que tem por objetivo melhorar a convivência de pessoas com mais de 60 anos e evitar seu isolamento” por meio de ações voltadas ao envelhecimento ativo, saudável, sustentável e cidadão da população, principalmente das pessoas mais vulneráveis.

Para isso, a Estratégia divide-se em etapas, que vão desde a adesão dos municípios, criação de conselhos, realização de diagnósticos, até a elaboração de planos municipais e de legislação que apoiem a execução de ações voltadas para um envelhecimento saudável da população local.

Até o momento, 900 municípios aderiram à Estratégia e, dentre eles, estão quatro municípios da Drads Campinas: Itupeva, Morungaba, Nazaré Paulista e Pinhalzinho.

Tabela 39: Municípios que aderiram à Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa

Município	Data de adesão
Itupeva	03/12/2019
Morungaba	07/11/2019
Nazaré Paulista	04/07/2019
Pinhalzinho	27/08/2018

Fonte: Ministério da Cidadania (<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/brasil-amigo-da-pessoa-idosa>)

4.6. Desafios municipais no âmbito da assistência social

O sistema PMASweb disponibiliza 29 relatórios descritivos dos municípios paulistas. Nesta subseção, analisa-se as informações contidas no relatório intitulado “Diagnóstico socioterritorial” dos 43 municípios que compõem a Diretoria Regional de Assistência Social (DRADS) de Campinas.

Este relatório conta “com indicadores demográficos, de vulnerabilidade social e sobre a rede de atendimento socioassistencial, além da análise e interpretação destes dados feita pelo município”. Deste modo, é possível sistematizar os desafios e necessidades da política de assistência social à luz do que os próprios atores municipais relatam.

É importante destacar que o presente levantamento buscou apenas mapear os desafios relativos ao público alvo do Projeto “Envelhecimento e Deficiência: direitos e políticas públicas”. Sendo assim, desafios relacionados aos jovens, por exemplo, não foram sistematizados. Outro destaque é que dos 43 municípios da DRADS Campinas, 11 não relataram desafios nas temáticas do envelhecimento e deficiência.

Foram mencionados 32 desafios pelas equipes, sendo que 17 deles apareceram em mais de um município. O quadro abaixo apresenta a sistematização realizada:

Tabela 40: Desafios apresentados pelos municípios no PMASweb

Desafio apresentado	Número de menções
Acessar moradores da zona rural	11
Ampliação de equipe	9
Ampliação da rede socioassistencial	7
Ausência de transporte público para acessar os equipamentos	5
Implantação de CREAS	5
Implantação de CRAS	5
Violação de direitos não sistematizada	4
Ampliação da busca ativa	3
Ampliação CadÚnico	2
Analfabetismo	2
Ausência de políticas de habitação	2
Ausência de recursos	2
Ausência de repasses intergovernamentais	2
Ausência de vínculo familiar (migrantes)	2
Idosos em situação de alcoolismo	2
Imigração de idosos para a cidade	2
População com deficiência não mapeada	2
Abandono	1
Acessibilidade do CRAS	1
Aumento dos casos de violação de direitos	1
Ausência de cursos de geração de renda	1
Ausência de políticas de trabalho	1
Concepção familiar de "idoso improdutivo"	1
Criação de equipamentos para população idosa	1
Editais para ILPI desertos	1
Empobrecimento da população idosa	1
Idosos como única renda familiar	1

Desafio apresentado	Número de menções
Impedimento para contratar equipe (limite da lei de responsabilidade fiscal)	1
Implantação de serviços de convivência	1
Inexistência de rede indireta	1
Melhoria da relação com ministério público	1
Reorganizar a rede socioassistencial	1

Fonte: Sistema PMASweb. Elaboração própria.

4.7. Observatórios

Na região da Drads Campinas, foram encontrados nove observatórios com atuação focada em dinâmicas sociais, econômicas ou políticas de municípios ou regiões da Drads. Cinco desses observatórios possuem como recorte geográfico de análise municípios, que são: Observatório Social de Americana; Observatório Social de Indaiatuba; Observatório Social de Jundiaí; Observatório Jundiaí; e Observatório do Mercado de Trabalho de Campinas. Os outros quatro observatórios, por sua vez, possuem foco de análise com abrangência para a Região Metropolitana de Campinas, e são: Observatório Social da Região Metropolitana de Campinas; Observatório do Trabalho de Campinas; Observatório Metropolitano de Indicadores da Região Metropolitana de Campinas; e Observatório PUC-Campinas.

Tabela 41: Observatórios existentes na região da DRADS Campinas conforme o foco geográfico de sua atuação

Observatório	Foco geográfico
<u>Observatório Social de Americana</u>	Americana
<u>Observatório Social de Indaiatuba</u>	Indaiatuba
<u>Observatório Social de Jundiaí</u>	Jundiaí
<u>Observatório Jundiaí</u>	Jundiaí
<u>Observatório do Mercado de Trabalho</u>	Campinas
<u>Observatório PUC-Campinas</u>	Região Metropolitana de Campinas
<u>Observatório do Trabalho</u>	Região Metropolitana de Campinas
<u>Observatório Social da Região Metropolitana de Campinas</u>	Região Metropolitana de Campinas
<u>Observatório Metropolitano de Indicadores da Região Metropolitana de Campinas</u>	Região Metropolitana de Campinas

Fonte: Portais eletrônicos dos Observatórios. Elaboração própria.

O Observatório Jundiaí é uma iniciativa do governo municipal lançada em 2017 que fornece dados, informações e indicadores do município utilizados pelo poder público para o estabelecimento de objetivos e metas em seus instrumentos de planejamento.

O Observatório do Mercado de Trabalho de Campinas foi criado em 2009 por meio de uma parceria entre o governo municipal e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e possui como foco estudos sobre a dinâmica do mercado de trabalho local para a criação de melhores políticas públicas de trabalho e renda no município.

Os outros três observatórios de foco municipal correspondem a Observatórios Sociais, que são observatórios integrantes do Sistema de Observatórios Sociais do Brasil. Esses observatórios analisam o processo de compras públicas nas suas regiões-foco a partir de uma metodologia própria criada pelo Observatório Social do Brasil, estimulando o controle social nos gastos públicos. Além disso, eles também possuem projetos de educação fiscal, de fomento à participação de micro e pequenos empresários nos processos licitatórios e de criação de indicadores de gestão pública a partir da execução orçamentária dos municípios. Eles são constituídos, voluntariamente, por membros da sociedade civil e/ou entidades representativas. O Observatório Social de Indaiatuba e o Observatório Social de Americana foram criados em 2017, enquanto o Observatório Social de Jundiaí existe desde 2016.

O Observatório Social da Região Metropolitana de Campinas existe desde 2017 e também faz parte da rede de Observatórios Sociais do Brasil, possuindo o mesmo escopo de atuação dos últimos citados. No entanto, ele pretende estimular os municípios dessa região a criarem seus próprios observatórios e, no futuro, ter como foco apenas o município de Campinas.

O Observatório do Trabalho de Campinas é um dos resultados de um convênio firmado entre a Secretaria Municipal de Trabalho e Renda de Campinas e o então Ministério do Trabalho e Emprego, tendo como papel consolidar e analisar os dados do mercado de trabalho de Campinas. No entanto, em seus boletins publicados, também são apresentados dados dos municípios da Região Metropolitana de Campinas.

O Observatório Metropolitano de Indicadores da Região Metropolitana de Campinas é um projeto da Agência Metropolitana de Campinas criado em 2010 que monitora o desenvolvimento dessa região, compilando, produzindo e analisando dados georreferenciados acerca de temas sociais, ambientais e de desenvolvimento.

O Observatório PUC-Campinas, por sua vez, é um projeto da Pontifícia Universidade Católica de Campinas que, com base na análise de dados publicados ou disponibilizados por diversas organizações públicas e privadas, produz trabalhos sobre a Região Metropolitana de Campinas em diversas temáticas relacionadas ao seu desenvolvimento.

Nos endereços eletrônicos desses nove observatórios mapeados na região da DRADS Campinas não foram encontrados dados referentes à população idosa ou com deficiência. Verificou-se a existência de somente um estudo relativo à população idosa na Região Metropolitana de Campinas, denominado “Desenvolvimento Social da População Idosa na Região Metropolitana de Campinas”. O estudo foi publicado pelo Observatório PUC-Campinas em 2018 e estuda a dinâmica do contingente desta população na região entre 2000 e 2017 e suas projeções para 2030 e discute a criação de indicadores sociais voltados a essa população.

Segundo o estudo, a criação de um possível Índice de Bem Estar Social da População Idosa nessa região metropolitana deveria perpassar pelos seguintes fatores: autonomia financeira; relações de proteção social nas dimensões da longevidade da vida; e acesso ao conhecimento e formas de manifestações culturais. Além disso, aponta-se que a criação de indicadores sociais de natureza composta e preditiva sobre a vida das pessoas idosas no contexto social é matéria de extrema importância para melhores decisões estratégicas em políticas públicas para esse público.

5. Violência e vulnerabilidade

A violência contra pessoas idosas e pessoas com deficiência é um aspecto importante a ser considerado nesta pesquisa, já que se tratam de grupos vulneráveis que demandam políticas específicas de combate às mais diversas formas de violência. Nesse sentido, buscou-se mapear as denúncias registradas no Canal Disque 100, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em 2018.

Cabe apontar, todavia, para a fragilidade dos dados, já que as denúncias podem ser subnotificadas devido a fatores como desconhecimento do canal, descrença quanto à sua efetividade, receio de represálias, entre outros.

O estado de São Paulo foi o que mais recebeu denúncias de violência contra pessoas idosas pelo Disque 100 em 2018: no total foram registradas 9.010 denúncias, o que representa um aumento de 26% em relação ao ano anterior. Além disso, esse número é muito superior em relação ao segundo estado, Minas Gerais, que registrou 5.379 denúncias no mesmo período. Dessa forma, o estado de São Paulo registrou em média 1371,6 denúncias a cada 100 mil pessoas idosas.

Através dessas denúncias, foram identificados 18.683 tipos de violações, o que representa em média 2 violações por denúncia. Os tipos mais recorrentes são negligência, violência psicológica, abuso financeiro e econômico/violência patrimonial e violência física. No gráfico a seguir, observa-se o percentual dos tipos de violações registrados através das denúncias realizadas em 2018 no estado de São Paulo:

Gráfico 3: Percentual dos tipos de violações registrados em 2018 no estado de São Paulo



Fonte: Balanço Geral das denúncias do Disque 100 – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Quanto ao perfil das vítimas, 63% são mulheres, enquanto o percentual de homens é de 35%. Outros 2% não possuem essa informação. A maior parte das vítimas são pessoas brancas (52%), seguidas de pardos (19%), pretos (8%), e indígenas (0,2%).

Os locais em que ocorreram violações registradas foram em sua maioria nas casas das próprias vítimas ou de outras pessoas, representando um percentual de 56% e 28% das denúncias, respectivamente.

Por fim, quanto ao número de pessoas idosas que possuem algum tipo de deficiência e realizaram alguma denúncia em 2018, não é possível desagregar essa informação por estado, porém, vale ressaltar que 24% das denúncias foram registradas no estado de São Paulo e 32% das vítimas possuem alguma deficiência. Conforme a tabela a seguir, o número e percentual de pessoas que registraram denúncias em 2018 no Brasil por tipo de deficiência:

Tabela 42: Número e percentual de pessoas que registraram denúncias em 2018 no Brasil por tipo de deficiência

Deficiência	Total	%
Auditiva	628	1%
Física	5886	13%
Intelectual	662	2%
Mental	5324	12%
Visual	1637	4%
Não informada	449	1%
Não possui	29515	67%
Total	44101	100%

Fonte: Balanço Geral das denúncias do Disque 100 – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Conjuntamente ao mapeamento de denúncias de violência contra pessoas idosas e pessoas com deficiência registradas no Disque 100, mapearam-se também notificações de violência contra idosos registradas no Sistema de Notificação de Violência em Campinas (SINOV). O SINOV é “uma base de dados sobre casos de violências atendidos nas redes de proteção e assistência, em Campinas” gerida de forma interinstitucional entre diversos setores públicos e instituições da sociedade civil.

O boletim do SINOV de 2018 registrou 120 casos de violência contra pessoas idosas atendidos nas redes de assistência municipal, número 10% maior do que o registrado em 2017 (108 casos). Em 2018, a maioria das vítimas (71%) foram mulheres e os agressores foram majoritariamente (44%) filhos ou netos. Dentre os tipos de violências perpetradas, a violência física foi a mais recorrente, configurando 42% dos casos. Ressalta-se que as notificações de violência contra pessoas idosas registradas no SINOV não contêm informações quanto às vítimas terem ou não algum tipo de deficiência.

Tabela 43: Distribuição das notificações de violência contra pessoas idosas conforme faixa etária e gênero

Faixa etária	Notificações	Masculino	Feminino
60 a 69 anos	55	15	40
70 a 79 anos	32	9	23
80 anos e +	33	10	23
Total	120	34	86

Fonte: Boletim 2018 do Sistema de Notificação de Violência em Campinas

Tabela 44: Distribuição das notificações de violência contra pessoas idosas por tipo de violência e gênero

Tipo de violência	Notificações	Masculino	Feminino
Negligência	29	12	17
Física	51	10	41
Psicológica	17	4	13
Tentativa de suicídio	15	7	8
Demais	8	1	7
Total	120	34	86

Fonte: Boletim 2018 do Sistema de Notificação de Violência em Campinas

Tabela 45: Distribuição das notificações de violência contra pessoas idosas pelo perfil do agressor e gênero

Perfil do agressor	Notificações	Masculino	Feminino
Filho/Neto	53	13	40
Cônjuge	23	0	23
Sozinho	16	8	8
Demais	28	13	15
Total	120	34	86

Fonte: Boletim 2018 do Sistema de Notificação de Violência em Campinas

Por fim, vale apontar que foram analisadas outras seis possíveis fontes de dados sobre violência contra pessoa idosa com e sem deficiência: a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, a 1ª Delegacia da Polícia da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, o WEB Denúncia, o Atlas da Violência de 2019 e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019.

Verificou-se que nenhuma das bases de dados elaboradas por tais fontes realizam a desagregação dos dados por perfil da vítima de forma a destacar casos de violência contra pessoas idosas e/ou com deficiência, o que impossibilitou sua utilização para os fins deste diagnóstico.

6. Considerações finais

A partir das informações levantadas sobre os 43 municípios que compõem a região administrativa da Drads de Campinas e os dados quantitativos sobre o contexto no qual estão inseridas as pessoas idosas com e sem deficiência, é possível realizar uma análise inicial sobre o panorama socioeconômico e demográfico da região, as políticas públicas voltadas a esse público alvo e a oferta de serviços a esta população.

As características da região em questão, que possui municípios de diferentes portes e níveis socioeconômicos se refletem nos dados levantados em relação à rede de atendimento, já que é possível observar que há municípios que não são contemplados por todos os tipos de serviços, especialmente os de pequeno porte I e II.

Além disso, os dados permitem identificar os municípios da região que apresentam reconhecimento por boas práticas voltadas ao público idoso e com deficiência; observar diferenças significativas no perfil dos serviços de atendimento; constatar ausências de serviços, mesmo em municípios de médio e grande porte e com melhores condições socioeconômicas; verificar que municípios de pequeno porte da região têm buscado se estruturar para atender a essa população; e que mecanismos de participação social, como os conselhos municipais, ainda se distribuem de forma irregular pela região, principalmente os conselhos dos direitos das pessoas com deficiência.

Por fim, com base nos dados levantados, procura-se subsidiar as próximas etapas de pesquisa, tais como, a elaboração dos instrumentos para a pesquisa online e os roteiros de pesquisa de campo sobre boas práticas na prestação de serviços públicos para a população idosa e com deficiência. Tanto as informações apuradas neste relatório como os indicadores que demonstraram fragilidade devido à escassez de informações – por exemplo, dados referentes ao acesso à cultura e ao lazer – servem como direcionadores para as ações previstas na continuidade do projeto.

Bibliografia

ASSIS, Audrey Silva de; CASTRO-SILVA, Carlos Roberto de. Agente comunitário de saúde e o idoso: visita domiciliar e práticas de cuidado. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 28, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v28n3/0103-7331-physis-28-03-e280308.pdf>>. Acesso em 01 de abr de 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, **Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios**, 2010.

_____. Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Microdados do Censo Escolar**, 2018.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Balanco Geral das denúncias do Disque 100**. 2018.

_____. Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005**. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_283_2005_COMP.pdf/a38f2055-c23a-4eca-94ed-76fa43acb1df. Acesso em 16 de abril de 2020.

_____. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). **Informações de Saúde: rede assistencial**. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Censo SUAS 2018**.

_____. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (SEDS). **Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS**. 2017. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/entidade-de-assistencia-social/cadastro-nacional-de-entidades-de-assistencia-social-2013-cneas>. Acesso em: 16 abr. 2020.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas: Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas**. Brasília, DF: MDS, 2017.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Manual de atuação funcional: o Ministério Público na Fiscalização das Instituições de Longa Permanência**. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/CAO_Idoso/manual-de-atuacao-funcional.pdf. Acesso em 16 de abril de 2020.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. **Informações dos Municípios Paulistas – IMP**. 2020.

MAIS DIFERENÇAS (São Paulo). Envelhecimento e deficiência: uma revisão da literatura. 2019. Disponível em: https://maisdiferencas.org.br/wp-content/themes/maisdiferencas/downloads/envelhecimento_deficiencia_rb.pdf. Acesso em 10 de mar. de 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SÃO PAULO. **Guia de Orientações Técnicas Centro Dia do Idoso - “Centro Novo Dia”**. 2014.

_____. **Sistema PMASweb**, 2019.

SISTEMA DE NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA – SISNOV. **Boletim 2018 do Sistema de Notificação de Violência em Campinas**. 2018.

Anexos

Anexo I: Municípios da Drads de Campinas de acordo com o percentual da população idosa com deficiência em relação ao total da população idosa – 2010.

População - Acima dos 60 anos				
Município	População Total	Pop. Total - Acima dos 60 anos	Pelo menos uma deficiência - Acima dos 60 anos	% População acima dos 60
Estado de São Paulo	41.262.199	4.771.823	2.801.004	58,7%
Hortolândia	192.692	14.586	10.092	69,2%
Monte Mor	48.949	4.485	3.039	67,8%
Cabreúva	41.604	3.385	2.264	66,9%
Cosmópolis	58.827	5.483	3.590	65,5%
Piracaia	25.116	3.348	2.179	65,1%
Morungaba	11.769	1.367	874	63,9%
Várzea Paulista	107.089	8.318	5.303	63,8%
Santo Antônio de Posse	20.650	2.221	1.380	62,1%
Pedreira	41.558	4.929	3.039	61,7%
Jaguariúna	44.311	4.717	2.906	61,6%
Jarinu	23.847	2.603	1.576	60,5%
Sumaré	241.311	20.269	12.257	60,5%
Campo Limpo Paulista	74.074	6.810	4.055	59,5%
Serra Negra	26.387	4.519	2.688	59,5%
Lindóia	6.712	908	532	58,6%
Águas de Lindóia	17.266	2.606	1.522	58,4%
Nova Odessa	51.242	5.512	3.203	58,1%
Itupeva	44.859	3.533	2.053	58,1%
Jundiaí	370.126	49.405	28.610	57,9%
Socorro	36.686	6.243	3.596	57,6%
Santa Bárbara d'Oeste	180.009	19.290	11.107	57,6%

População - Acima dos 60 anos

Município	População Total	Pop. Total - Acima dos 60 anos	Pelo menos uma deficiência - Acima dos 60 anos	% População acima dos 60
Atibaia	126.603	16.105	9.267	57,5%
Nazaré Paulista	16.414	2.320	1.301	56,1%
Campinas	1.080.113	133.267	74.299	55,8%
Monte Alegre do Sul	7.152	1.120	615	54,9%
Indaiatuba	201.619	21.047	11.547	54,9%
Holambra	11.299	1.007	551	54,7%
Artur Nogueira	44.177	4.460	2.433	54,6%
Tuiuti	5.930	1.011	538	53,2%
Itatiba	101.471	11.274	5.970	53,0%
Amparo	65.829	9.480	4.970	52,4%
Joanópolis	11.768	1.674	872	52,1%
Americana	210.638	27.268	14.181	52,0%
Paulínia	82.146	6.630	3.410	51,4%
Pedra Bela	5.780	866	440	50,8%
Valinhos	106.793	12.886	6.476	50,3%
Louveira	37.125	2.832	1.423	50,2%
Engenheiro Coelho	15.721	1.204	595	49,4%
Bragança Paulista	146.744	18.790	8.980	47,8%
Pinhalzinho	13.105	2.115	1.001	47,3%
Vinhedo	63.611	7.301	3.413	46,7%
Bom Jesus dos Perdões	19.708	2.064	914	44,3%
Vargem	8.801	1.298	533	41,1%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

Anexo II: Municípios da Drads de Campinas de acordo com o percentual da população idosa com deficiência em relação à população total – 2010.

População - Acima dos 60 anos				
Município	População Total	Pop. Total - Acima dos 60 anos	Pelo menos uma deficiência - Acima dos 60 anos	% População Total
Estado de São Paulo	41.262.199	4.771.823	2.801.004	6,8%
Serra Negra	26.387	4.519	2.688	10,2%
Socorro	36.686	6.243	3.596	9,8%
Tuiuti	5.930	1.011	538	9,1%
Águas de Lindóia	17.266	2.606	1.522	8,8%
Piracaia	25.116	3.348	2.179	8,7%
Monte Alegre do Sul	7.152	1.120	615	8,6%
Nazaré Paulista	16.414	2.320	1.301	7,9%
Lindóia	6.712	908	532	7,9%
Jundiaí	370.126	49.405	28.610	7,7%
Pinhalzinho	13.105	2.115	1.001	7,6%
Pedra Bela	5.780	866	440	7,6%
Amparo	65.829	9.480	4.970	7,5%
Morungaba	11.769	1.367	874	7,4%
Joanópolis	11.768	1.674	872	7,4%
Atibaia	126.603	16.105	9.267	7,3%
Pedreira	41.558	4.929	3.039	7,3%
Campinas	1.080.113	133.267	74.299	6,9%
Americana	210.638	27.268	14.181	6,7%
Santo Antônio de Posse	20.650	2.221	1.380	6,7%
Jarinu	23.847	2.603	1.576	6,6%

População - Acima dos 60 anos

Município	População Total	Pop. Total - Acima dos 60 anos	Pelo menos uma deficiência - Acima dos 60 anos	% População Total
Jaguariúna	44.311	4.717	2.906	6,6%
Nova Odessa	51.242	5.512	3.203	6,3%
Monte Mor	48.949	4.485	3.039	6,2%
Santa Bárbara d'Oeste	180.009	19.290	11.107	6,2%
Bragança Paulista	146.744	18.790	8.980	6,1%
Cosmópolis	58.827	5.483	3.590	6,1%
Valinhos	106.793	12.886	6.476	6,1%
Vargem	8.801	1.298	533	6,1%
Itatiba	101.471	11.274	5.970	5,9%
Indaiatuba	201.619	21.047	11.547	5,7%
Artur Nogueira	44.177	4.460	2.433	5,5%
Campo Limpo Paulista	74.074	6.810	4.055	5,5%
Cabreúva	41.604	3.385	2.264	5,4%
Vinhedo	63.611	7.301	3.413	5,4%
Hortolândia	192.692	14.586	10.092	5,2%
Sumaré	241.311	20.269	12.257	5,1%
Várzea Paulista	107.089	8.318	5.303	5,0%
Holambra	11.299	1.007	551	4,9%
Bom Jesus dos Perdões	19.708	2.064	914	4,6%
Itupeva	44.859	3.533	2.053	4,6%
Paulínia	82.146	6.630	3.410	4,2%
Louveira	37.125	2.832	1.423	3,8%
Engenheiro Coelho	15.721	1.204	595	3,8%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

Anexo III – Exigências do Selo Amigo do Idoso

SELO INICIAL

Após a assinatura do termo de adesão ao Programa São Paulo Amigo do Idoso¹³, o município deverá implantar 6 ações consideradas obrigatórias para a obtenção do Selo Inicial: I) Criar o Conselho Municipal do Idoso; II) Realizar diagnóstico de gestão sobre as políticas voltadas para o idoso; III) Realizar diagnóstico com os idosos do município; IV) Incluir ações para garantia dos direitos dos idosos nos planos municipais de saúde e de assistência social; V) Adequar / ampliar a cobertura vacinal de idosos; e VI) Implantar ações de promoção de saúde e prevenção de quedas para idosos.

SELO INTERMEDIÁRIO

Após receber o Selo Inicial, o município terá que cumprir 3 ações obrigatórias, quais sejam: I) Cadastrar os idosos no CadÚnico; II) Realizar ações de saúde bucal para idosos; III) Desenvolver ações para ampliar a cobertura dos idosos que têm direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Além disso, os municípios devem cumprir 3 ações eletivas. Tais ações são entre 30 opções distribuídas nos diferentes pilares de atuação do Programa São Paulo Amigo do Idoso: Participação, Saúde, Educação e Proteção. O município deverá escolher 3 pilares distintos e selecionar 1 ação de cada¹⁴.

SELO PLENO

Após receber o Selo Intermediário, o município terá que cumprir 3 novas ações, sendo 2 ações obrigatórias e 1 ação eletiva. As ações obrigatórias são: I) Repetir o diagnóstico com os idosos do município (Idea Idoso). O objetivo de repetir a oficina de aplicação do Idea Idoso é medir se houve melhorias na percepção dos idosos quanto às ações implantadas desde a assinatura do termo de adesão; e II) Criar o Fundo Municipal do Idoso. Além dessas 2 ações obrigatórias, o município deverá escolher 1 ação eletiva, que ainda não tenha implantado. Essa ação deverá ser de um pilar de atuação diferente das ações implantadas para obtenção do Selo Intermediário.

13. Para saber mais sobre o Programa São Paulo Amigo do Idoso, clique neste link: http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/programas_spamigodoidoso.

14. Para saber mais sobre as ações eletivas, acesse a cartilha do Programa São Paulo Amigo do Idoso neste link: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1694.pdf>